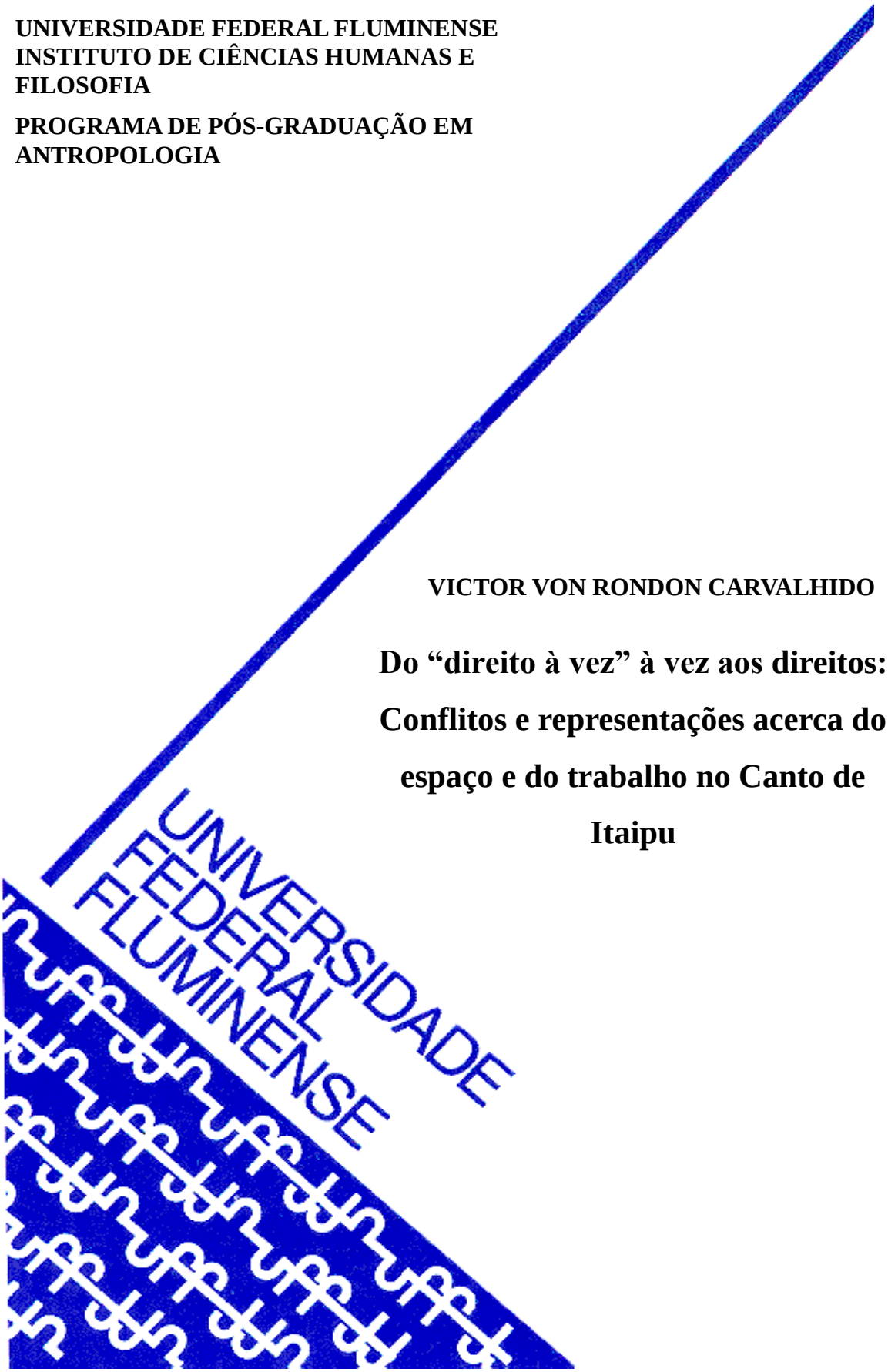
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA



VICTOR VON RONDON CARVALHIDO

Do “direito à vez” à vez aos direitos: Conflitos e representações acerca do espaço e do trabalho no Canto de Itaipu

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

VICTOR VON RONDON CARVALHIDO

Do “direito à vez” à vez aos direitos: Conflitos e representações acerca do espaço e do trabalho no Canto de Itaipu

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Edilson Marcio Almeida da Silva

Coorientador: Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão

Niterói

2012

Victor Von Rondon Carvalhido

Do “direito à vez” à vez aos direitos: Conflitos e representações acerca do espaço e do trabalho no Canto de Itaipu

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito final para obtenção de grau de Mestre em Antropologia.

Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. Edilson Marcio Almeida da Silva
Orientador
Universidade Federal Fluminense

_____

Professor Dr. Ronaldo Lobão - coorientador
Universidade Federal Fluminense

_____

Prof. Dr. Roberto Kant de Lima
Universidade Federal Fluminense

_____

Prof. Dr. José Colaço
Universidade Cândido Mendes - RJ

Niterói - 2012

Agradecimentos
Agradeço primeiramente à Capes-Ciências do Mar por me conceder a bolsa para fazer esta pesquisa. Aos Professores Edilson Marcio Almeida da Silva e Ronaldo Lobão, pelo incentivo e apoio para conclusão desta dissertação. Sou grato também à Seu Chico e especialmente à Jorge Hamilton por ter me recebido em sua casa durante o período de trabalho de campo. Aos amigos que estão sempre comigo desde que vim morar no Rio de Janeiro e aos que fiz durante esse período. Leandro (Seu Lê), Filipe, Bruno, Cesar, Alvaro, Geraldine, Sara, Alexandre, Simone e Daniel. Obrigado!

Resumo

A pesquisa empreendida pretende discutir os mecanismos de interação entre os diferentes agentes e olhares sobre uma territorialidade específica, a orla marítima, através de trabalho de campo realizado na Praia de Itaipu, região oceânica de Niterói. Revisitar este lugar e este grupo deveu-se ao fato que ambos foram incluídos na agenda de políticas de Estado, através de parcerias entre três esferas – União, Estado e Município –, com o intuito de *descentralizar* a gestão do espaço costeiro e *consensualizar* diferentes perspectivas de uma espacialidade local. Como tal agenda foi concebida sob a ótica do planejamento urbano, coube fazer alguns questionamentos: a orla pensada sob a ótica do planejamento urbano seria a mesma para os pescadores tradicionais, comerciantes, ou ainda, seria a mesma na concepção da legislação ambiental? A pesquisa procurou compreender como estas dimensões foram representadas tanto a partir da perspectiva dos atores envolvidos no processo de concepção (entidades governamentais) quanto na fase de interação com os grupos locais. Por outro lado, foi importante identificar como estes atores procuraram dar visibilidade às suas demandas, no intuito de que as normas delineadas para o ordenamento e gestão dos espaços e recursos levassem em consideração o conhecimento localmente produzido.

Percebemos que o espaço costeiro pode ser concebido a partir da representação e ação dos indivíduos sobre este. Por outro lado, são as representações e ações destes sujeitos que tornando os espaços reconhecíveis, legíveis e praticáveis pela complexificação dos elementos particulares de cada grupo. Tais representações são localmente (re)significadas através do trabalho, da convivialidade, das relações de parentesco. Do outro lado, foi evidente a tensão produzida pelo o olhar da tradicionalidade impactado pela perspectiva da modernização e do desenvolvimento referenciados pela ideia de ordenamento. O que inscreve o território local também no campo do poder, devido à diversidade de perspectivas e intenções dos atores em jogo.

Palavras-chave: Pesca artesanal, conflitos, direito à vez, políticas públicas.

Abstract

The research aimed to discuss the interaction mechanisms of different agents and visions on a specific territoriality, the seafront, through a fieldwork conducted in Praia de Itaipu, located in the oceanic region in Niterói. Such place and its population were included in the agenda of public policies of the State in partnership with the government and municipalities, aiming to decentralize the coastal space management and to achieve consensus on different perspectives of spatiality and how the uses of such spaces and conceived under the optics of urban planning.

The fringe, thought on the optics of urban planning is the same for traditional fisherman, salesman, or still, the same in the conception of the environmental legislation? The research aims to understand how they are represented through the perspective of involved actors in the conceiving processes (governmental agencies) to the interacting phase of different agents that search, in such spaces, to give visibility to their demands in order for the norms for the ordering and management of spaces and resources take into account the knowledge locally produced.

The coastal space conceived from the representation and action of individuals on them, allows them to be recognizable, legible and practicable by the complexification of particular elements of each space, socially (re)signified by work, friendliness, parental relations as well as the tension between the traditional regard impacted by the perspective of modernization and development referenced in the ideas of ordering. What inscribes territories in power relations, due to the diversity of perspectives and intentions of actors in question.

Keywords: Artisan fishing, conflicts, public policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
1.1 O campo 17
1.2 Metodologia 19
2 A LOCALIDADE E SUAS PARTICULARIDADES 23
2.1 O "Canto" de Itaipu 24
2.1.1 O histórico da localidade e dinâmica da praia. 26
2.2 O(s) Direito(s) à vez 28
2.2.1 A pesca, os pescadores (narrativas de campo...) 33
2.3 A "vez dos direitos" – o projeto Orla, a Resex e os Projetos de Urbanização. 42
2.4 - A Colônia Z-7, A ALPAPI e lideranças locais. 55
3 PESCADORES ARTESANAIS E A LUTA POR RECONHECIMENTO 59
3.1 - Entre o reconhecimento e as políticas públicas 63
3.2 - Pescadores **de** Itaipu, pescadores em Itaipu. 66
4. MULTIVOCALIDADES SOBRE O ESPAÇO 69
4.1 - A multiterritorialidade e a dinâmica do uso do espaço costeiro 69
4.2 - Identidades, poder e conflitos 73
5. CONCLUSÃO 77
BIBLIOGRAFIA: 80
Anexos 83

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - MAPA 1 - Região Oceânica de Niterói/RJ. Fonte: www.sousampaio.com ... 24
Figura 2 - Canal da Lagoa de Itaipu 25
Figura 3 - Ilustração da pescaria de arrasto de praia. Fonte: http://informativo-nossopixirum.blogspot.com/..... 34
Figura 4 - Foto 2 - Uso da faixa de areia para reparos nas redes. Fonte: O Globo 36
Figura 5 - Barcos dispostos na faixa de areia 37
Figura 6 - Divisão da Praia de Itaipu por pontos de pesca. Fonte: Google Mapas (Marcação do autor)..... 40
Figura 7 - Subdivisão Macrozona II – Região Oceânica Fonte: Dossiê Projeto Orla 49

LISTA DE SIGLAS

ACOMPI - Associação dos Comerciantes da Praia de Itaipu

ALPAPI – Associação Livre dos Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu

COLÔNIA DE PESCADORES - Z7 –ITAIPU

GRPU – Gerência Regional do Patrimônio da União

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

INEPAC – Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NUFEP – Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas

RESEX-MAR – Reserva Extrativista Marinha

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

1 INTRODUÇÃO

Antes de ingressar no curso de Ciências Sociais, eu já tinha tido uma experiência com pescadores profissionais. No ano de 2001 eu estava pescando no rio Araguaia com uns parentes e dois pescadores profissionais chamados Valdivino e Josué. Me impressionava a habilidade que eles tinham em conhecer os caminhos por onde passar o barco, já o que o rio era cheio de pedras. Os equipamentos de pesca também eram diferenciados: enquanto usávamos varas, molinetes e linhas específicas para determinados tamanhos de peixes eles utilizavam apenas um tipo de linha e anzol. Enquanto os molinetes possibilitam o arremesso da linha em longa distância eles pescavam ao redor do barco e claro, acabavam por pegar mais peixes que nós. Mas, o fato que mais me chamou atenção foi quando Valdivino se virou para mim e disse que era para eu arremessar o anzol num determinado lugar, porque era ali que as corvinas estavam. Perguntei a ele como ele sabia, ele me surpreendeu pedindo silêncio para que eu as ouvisse roncar. Obviamente não ouvi nada, mas ele estava certo, os peixes estavam ali.

Outro fato importante que aconteceu e que tem relação direta com meu objeto de pesquisa merece uma explicação mais detalhada. Pescávamos na margem do rio Araguaia do lado do Tocantins, quando fomos abordados pelo órgão de fiscalização ambiental do Estado do Tocantins, chamado Naturatins. Os responsáveis pela fiscalização, chegaram apontando espingardas para o pescador dizendo que ele não poderia pescar naquela região, pois ele não era licenciado naquele Estado e que deveria pescar na margem do Estado do Pará e acabaram confiscando os peixes que tínhamos pescado. Alegaram ainda, que estava na época de reprodução dos peixes. Na verdade nem nós, os turistas, poderíamos pescar ali, só que a abordagem foi feita diretamente ao pescador.

Nestes fatos narrados pude perceber duas características importantes que podem ser delimitadas como objeto de estudo. Uma delas é a percepção das técnicas, do modo de fazer destes pescadores tradicionais, pois, enquanto utilizávamos instrumentos dos mais modernos na tentativa de pescar os peixes o pescador profissional tradicional utilizava, aparentemente técnicas rudimentares e mesmo assim tinha mais êxitos que nós. No livro "Pensamento Selvagem", Lévi-Strauss (1970) chama atenção para a equivalência entre as formas de conhecimento entre um pensamento "primitivo" e o pensamento científico. Sendo que o pensamento científico não sobrepõe a lógica do pensamento primitivo, pois se assim fosse, se para uma pescaria bem sucedida fosse necessário objetos modernos ou elaborados cientificamente nós, os pescadores turistas, pescaríamos mais. O que não ocorreu. A contraposição aqui revelada é que de um lado estávamos munidos dos aparatos mais desenvolvidos da pescaria moderna e de outro técnicas desenvolvidas com base no conhecimento do rio e na sensibilidade de ouvir os peixes. A detecção de um cardume através da audição poderia ser substituída por aparelhos sonares, que apontam a localização dos peixes submersos pela sua vibração.

O sonar auditivo deste pescador revela assim um profundo conhecimento sobre o comportamento dos peixes compondo também parte de sua identidade como pescador tradicional, pois não basta apenas saber os peixes estão, trata-se de tirá-los da água também. O outro ponto que merece é destaque é o conflito entre a legislação ambiental, e sua visão conservacionista sobre o meio ambiente. Tal perspectiva entra em choque com as técnicas elaboradas pelos pescadores, pois ao limitar o onde e quando estes pescadores devem pescar, torna-se um verdadeiro empecilho a sua prática.

O movimento que proponho para este trabalho, portanto, ao sair do rio, passando pela foz até desaguar no mar formando um percurso profícuo para se pensar a atividade pesqueira e suas complexidades e também como são elaboradas as propostas de gestão do espaço público costeiro e dos recursos ali disponíveis. Tal proposta veio a se concretizar quando ingressei no curso de mestrado em Antropologia da Universidade Federal Fluminense e que explicito adiante.

A presente proposta de trabalho estava inserida no projeto, aprovado pela Capes - Ciências do Mar e tinha por objetivo a formação pesquisadores e a expansão do conhecimento sobre a criação e a gestão das Unidades de Conservação Marinhas no Brasil e na Argentina. Esta parceria surgiu do interesse comum acerca do eixo central do projeto. Este, intitulado: "Formação de Recursos Humanos para a Concepção, Consolidação, Gestão de Políticas Públicas de Conservação e Manejo de Recursos Naturais Renováveis e Áreas Marinhas Protegidas", possibilitou-me a inserção nesta temática colocando-me em contato com a produção científica e com pesquisadores do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

Ao ingressar no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, surgiu a oportunidade de desenvolver um trabalho de antropologia aplicado aos pescadores profissionais tradicionais, sob a co-orientação do professor Ronaldo Lobão. Trata-se de uma pesquisa de caráter interdisciplinar, reunindo, biólogos, oceanógrafos, antropólogos e outras áreas de conhecimento no sentido de compreender os mecanismos complexos da pesca, seus diferentes atores envolvidos na questão com o propósito de implementação de uma política pública de gestão pesqueira por nome de Reserva Extrativista Marinha (RESEX-Mar). Partindo da concepção de que os métodos científicos são insuficientes para a compreensão da atividade pesqueira, este trabalho depende também da participação das comunidades pesqueiras levando em consideração que são agentes essenciais para esta discussão. Desta forma, a implementação de políticas públicas relacionadas a atividade pesqueira explicita os conflitos entre o ordenamento jurídico e realidades sociais particulares uma vez que:

> "[...] nossa cultura jurídica oficial não está ancorada em uma tradição local ou democrática. Ao contrário, alega ser o produto de uma "ciência normativa", que tem por objetivo o controle de grupos pouco educados, desorganizados e atrasados que, no caso das políticas estatais de conservação de espaços e recursos naturais, precisam adotar novas práticas fundadas em saberes produzidos externamente a eles" (KANT DE LIMA et al, 2010).

Assim, a necessidade de reconhecimento desses atores levanta algumas questões.

O primeiro problema é identificar a quem se direciona estas políticas públicas. Ou então, quem são os pescadores tradicionais? O segundo é que criar espaços exclusivos a grupos considerados marginais pode ser visto como um privilégio onde a representação dos pescadores por diferentes grupos de interesses envolvidos contém noções depreciativas sobre os pescadores. A experiência acumulada pelo grupo de pesquisadores do Nufep revela algum desses conflitos: A marinha brasileira vê os pescadores como pessoas subalternas. O setor industrial pesqueiro os caracteriza como opositores do desenvolvimento da pesca. Para os agentes imobiliários são verdadeiros entraves à ocupação litorânea. Para os cientistas da conservação ambiental são elementos degradantes com práticas predatórias.

Desta forma, o foco deste trabalho é a análise dos conflitos que emergem a partir da proposta de implementação da Reservas Extrativista Marinha (Resex-Mar) na praia de Itaipu na região oceânica do município de Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Além disso, tem como objetivo perceber como os agentes envolvidos se mobilizam e demandam direitos e reconhecimento a partir de reivindicações de identidades diferenciadas.

A pesquisa discute os mecanismos de interação entre os diferentes agentes e olhares sobre uma territorialidade específica: a orla marítima. Através de trabalho de campo realizado na Praia de Itaipu, região Oceânica de Niterói. Desde que esta e suas populações são incluídas na agenda de políticas públicas do Estado em parcerias com governos e municípios com o intuito de *descentralizar* e *consensualizar* diferentes perspectivas de uma espacialidade e como os usos destinados a estes espaços são concebidos sob a ótica do planejamento urbano. A orla pensada sob a ótica do planejamento urbano é a mesma para os pescadores tradicionais, comerciantes, ou ainda, é a mesma na concepção da legislação ambiental? Nesta pesquisa procuro compreender como estes são representados a partir da perspectiva dos atores envolvidos tanto no processo de concepção (entidades governamentais) até a fase de interação desses diferentes agentes que procuram nesses espaços dar visibilidade às suas

demandas no intuito de que as normas delineadas para o ordenamento e gestão dos espaços e recursos leve em consideração o conhecimento localmente produzido.

O espaço costeiro concebido a partir da representação e ação dos indivíduos torna-os reconhecíveis, legíveis e praticáveis pela complexificação dos elementos particulares de cada espaço que são socialmente (re)significados através do trabalho, da convivialidade, das relações de parentesco como também pela tensão entre o olhar da tradicionalidade impactado pela perspectiva da modernização e do desenvolvimento referenciados pela ideia de ordenamento. O que inscreve o território também no campo do poder, devido à diversidade de perspectiva e intenções dos atores em jogo.

Na parte introdutória desta dissertação procuro apresentar alguns elementos que guiaram esta pesquisa para a concepção de um objeto de estudo que busca elucidar algumas questões relativas a identidade social do grupo pesquisado, através das relações que o grupo tem com o "Canto" de Itaipu que é compartilhado, porém sem ser homogêneo.

Entretanto, como alcançar uma ideia sobre a identidade do grupo a partir de uma pretensa heterogeneidade que o compõe? Assim, as perspectivas dos grupos envolvidos diretamente com a localidade e suas diferentes representações comporiam este quadro complexo de representações acerca de uma dada espacialidade, evidenciando lugares plurais dentro de um mesmo espaço.

Até chegar neste ponto, considero primeiramente abordagens de outros autores que desenvolveram trabalhos sobre os pescadores de Itaipu. Tais abordagens, a de Kant de Lima e Pereira (1998), a de Elina Pessanha (2003) e Mibielli (2004) foram fundamentais para a compreensão e inserção do pesquisador em campo permitindo fazer uma comparação das transformações ocorridas na pesca e no espaço físico da localidade e consequentemente na relação dos pescadores com o espaço e os recursos.

Ao tratar da inserção no campo pesquisado e dado o objetivo proposto de inserir diferentes atores para a composição deste um espaço costeiro percorri um caminho que

não se limitou unicamente à uma estada prolongada no “Canto” de Itaipu, tal exercício exigiu que o campo fosse estendido para além da praia de Itaipu e da convivência com os pescadores, comerciantes e moradores desta localidade. Busquei um diálogo com instituições públicas como a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), onde tive uma interlocução com a Coordenação do Projeto Orla e também com a equipe de pesquisa do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC).

Tal empreendimento foi necessário considerando que estes órgãos tem trabalhado diretamente nesta localidade, o Projeto Orla com a proposta de gestão do espaço costeiro e o INEPAC através do processo de tombamento do Litoral Fluminense, que abrange o “Canto” de Itaipu. Desta forma, a inclusão e o diálogo com estes órgãos pôde enriquecer o quadro das representações sobre esta espacialidade, como também permitiu evidenciar a forma como o Estado produz uma mentalidade de planejamento, muitas vezes de forma monológica, implicando assim em formas de “tutela” sobre os indivíduos através do controle do espaço costeiro. Tais formas de administração monológicas tem se apresentado muitas vezes em dissonância com o contexto local e nem sempre se apresentam como espaços democráticos de discussão para uma concepção conjunta, de como ou qual a forma adequada de administração do espaço público considerando as particularidades locais.

No capítulo 3 abordo o acirramento da discussão sobre como políticas públicas podem vir a ser mecanismos de agenciamento de uma identidade diferenciada como forma de acesso aos direitos. Estes direitos puderam se constituir graças à Constituição de 1988, trazendo assim para debate e possibilitando o reconhecimento de direitos pautados pela diversidade étnica e cultural e impondo um desafio ao combinar igualdade e liberdade em um regime diferenciado de identidades, ampliando o debate sobre as contradições políticas (MARTUCELLI, 1996) pautadas a partir do multiculturalismo e da garantia legal do direito à diversidade. A interação entre o Estado e estes grupos sofrem uma tensão uma vez que o primeiro deve promover a igualdade

entre os cidadãos e estes ao ver um ambiente ampliado de debate acionam política públicas que levem em conta a particularidade de seus modos de vida, relações com o território e um saber tradicional localmente constituído.

No capítulo 4 apresento uma discussão que combina estes diferentes olhares sobre o espaço costeiro dando ênfase à pluralidade de discursos que incidem sobre o espaço costeiro de Itaipu. Expressa através da ideia de "multivocalidades" ou seja, de uma gama de sentidos que permite a interiorização pelos indivíduos dos referenciais, estes polissêmicos do que vem a constituir um elemento da identidade local, através do compartilhamento de regras internas de uso e apropriação do espaço e de sua transformação numa miríade de lugares, com uma dinâmica própria dentro de uma espacialidade. O conceito de multivocalidades se relaciona diretamente com o de multilocalidades, considerando que os espaços não são recipientes inertes. Eles são politizados, culturalmente relativos, historicamente específicos e construídos de forma múltipla e local (RODMAN, 2004). A mesma autora nos oferece um panorama vantajoso de se abordar o lugar para além de uma localidade etnográfica e ao reunir tanto a ideia de multivocalidade associada à multilocalidade.

Assim, tais vozes seriam aqueles que ganham legitimidade para falarem do lugar e em nome dos segmentos que ali se fazem representar, estando em constante ressignificação do espaço, combinando assim diferentes usos respeitando uma dinâmica local de apropriação dos recursos.

A questão se complexifica quando estas vozes divergem dentro de um contexto. Ainda, há de se destacar que esta pluralidade de vozes nem sempre tem a mesma repercussão, tanto internamente quanto para fora do grupo, ou seja, alguns atores conseguem, através de um vocabulário específico das políticas públicas, consequentemente, ocupar posições representativas que os privilegiam no quadro de interação com os órgãos públicos. Assim, ao destacar estas multivocalidades, creio ser possível perceber como algumas dessas vozes conseguem mimetizar o vocabulário do governo e conseguem produzir tanto um diálogo quanto um espaço público. E aqueles

que não conseguem mimetizar essas vozes sempre ficam com um espaço vazio, sem um lugar.

A diversidade dos olhares sob a orla marítima afetam este espaço e tendem a pautar as políticas que lhe são direcionadas, visando um ordenamento ético e estético, ou seja, das relações de trabalho e convivialidade de pescadores moradores e comerciantes, como também da sua caracterização a partir dos elementos paisagísticos. A lógica do saber-poder, ancorada principalmente no interesse e na fé da previsibilidade que a ciência exalta, se impõe sobre a do saber-fazer, ancorada em conhecimentos localmente produzidos e no universo imprevisível das pescarias. Não interessa saber quando mas sim o quanto dela sobrepõem a outra desconsiderando radicalmente ou parcialmente para subjugar cidadãos de menor valor numa hierarquia terceiro-mundista, como é o caso brasileiro. A realidade social complexificada numa miríade de vocalidades que expressas por representações, moralidades e consubstanciada no jogo político por relações de proximidade afasta outras possibilidades de conceber o ordenamento. Assim como articulada pelas identidades, que postas numa escala de valor permite-nos demonstrar a estima de alguns cidadãos em detrimento de outros.

1.1 O CAMPO

A princípio a inserção em campo foi um tanto complexa. Como eu morava no Rio de Janeiro e buscava uma estada prolongada em Itaipu e uma aproximação com os pescadores locais, minha frequência à praia foi ditada por um ritmo não esperado uma vez que só posteriormente consegui um lugar para ficar e assim pude acompanhar as pescarias de arrasto de praia que eram praticadas na madrugada e na parte da manhã. Como já conhecia Seu Chico, fui procurá-lo para ver se ele podia me ajudar. E me ajudou. Conheci, dessa forma o filho de Seu Chico, chamado Jorge Hamilton, fomos apresentados, conversamos e ele sabendo do meu interesse em ficar em Itaipu sua primeira reação foi negar. Jorge tem uma casa em Itaipu deixada de herança por sua mãe

e antes da minha chegada morava com ele um casal de amigos que segundo ele causaram muitos problemas. Seu receio assim se justificava pela desconfiança no que realmente eu pretendia fazer ali. Depois de algumas de visitas diárias a Itaipu, mesmo não conseguindo chegar a tempo de encontrar os pescadores antes que saíssem para o "lanço", devido a distância de onde eu morava até Itaipu e através da insistência de Seu Chico com seu filho como também de uma longa conversa em que nos conhecemos melhor, a situação de desconfiança do princípio havia mudado.

Dentre todos esses dias que fiquei ali o exercício que tentei fazer foi de me familiarizar com as pessoas que têm uma rotina de trabalho em Itaipu, sejam eles pescadores, comerciantes, moradores, banhistas e/ou curiosos (como fui incluído, sob o espanto de um limpador de peixe diante do grande número de pessoas que apareciam em Itaipu dizendo: "Caramba! Essa praia é cheia de curiosos!). Desta forma, a inserção naquela localidade se deu num primeiro momento pela minha atitude de curiosidade sobre a pesca, os pescadores e a praia. Agora teria que fazer uma passagem de um simples curioso para pesquisador interessado pelo contexto local. Veremos adiante, como esta passagem vai se constituindo gradativamente percorrendo um percurso que de curioso eu passaria a pesquisador e posteriormente, além do papel de pesquisador ocuparia outros quando comecei a pescar com um dos pescadores dali.

Depois das tentativas frustradas de permanecer em Itaipu, a partir do dia que me fixei ali comecei a vivenciar o cotidiano das pessoas que frequentavam diariamente aquela praia. Depois de um certo tempo em campo, tanto o pesquisador quanto as pessoas com quem convivi passam a se reconhecer, partilhar de um elemento comum, que é exatamente essa convivência diária compartilhada dos referenciais espaciais e temporais como também dos acontecimentos cotidiano da vida com os quais interagi.

O contato com a Coordenação do Projeto Orla, proporcionou ampliar a visão ou as vozes que incidem sobre esta territorialidade. O Projeto Orla é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, considerando que os problemas apresentados no litoral brasileiro são de

ordem administrativa, ambiental e social, pretende assim definir estratégias de descentralização de gestão dos espaços costeiros. Este projeto tem sido implementado em Niterói através da parceria entre União, Estado e Município. No INEPAC tive acesso ao processo de tombamento do litoral fluminense como patrimônio artístico e cultural do Estado do Rio de Janeiro, datado de 1985 relacionado que no município de Niterói corresponde ao

> [...] trecho da praia de Itaipu correspondente ao que restou do dano causado à natureza, pelo parcelamento inadequado do solo, resto que ainda mantém a harmonia com a paisagem constituída pelo Pontal do Morro das Andorinhas, as Ilhas da Menina, da Mãe e do Pai ao sul, o aldeamento de pescadores e ao fundo o Recolhimento de Santa Tereza (Anexo 1 – Processo de Tombamento do litoral Fluminense).

Desta forma a metodologia formulada para o trabalho de campo e de análise que permitiu delinear, dentro do propósito do trabalho, o que vem a ser o que chamo de multivocalidades sobre o espaço costeiro e também ao conceito de autores como Tuan (1983) e Santos (2007) sobre a apropriação do espaço e sua relação com o processo de construção de identidades. Estas multivocalidades assim aparecem neste trabalho como de forma a caracterizar o espaço, considerando a variabilidade de vozes que formam um quadro inconstante, ora convergente expressando uma dinâmica própria e dialógica e também uma perspectiva divergente de uma espaço em um tempo cristalizado, possibilitando assim uma contraposição entre um espaço experienciado, um espaço vivido e um espaço planejado.

1.2 METODOLOGIA

Através destes autores e da análise dos espaços, dos usos e representação dos indivíduos de uma espacialidade vivida e compartilhada é possível conceber um quadro comparativo dentro da abordagem dos autores sobre o espaço, território e lugar.

Uma diferença marcante entre espaço e território, para Santos (2006), é que o primeiro precede o segundo, de maneira que o espaço passa a ser territorializado a partir da representação e ação dos indivíduos sobre este tornando-os reconhecíveis, legíveis e praticáveis pela complexificação dos elementos particulares de cada espaço que são socialmente (re)significados através do trabalho, da convivialidade, das relações de parentesco e pela tensão, que mais tarde evidenciaremos, de um olhar e uma prática tradicional impactado pela perspectiva da modernização e do desenvolvimento, o que inscreve o território também no campo do poder, devido à diversidade de perspectiva e intenção de atores em jogo. A definição de Milton Santos sintetiza adequadamente, a noção de território aqui desenvolvida:

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2006, p.140)

Uma ressalva deve ser feita na citação acima de um trecho do texto do geógrafo Milton Santos. Considerando que o território de Itaipu não compreende somente o chão, como também o mar e os ventos. Resta-nos a tarefa de caracterizar o que é o território costeiro, este espaço liminar de interseção entre areia, o mar e os ventos e como cada elemento, atribuído a esta tríade influencia na qualificação desta territorialidade. Procuro partir de uma macro espacialidade genérica (espaço), marcada pelo arcabouço jurídico-administrativo até chegar numa micro espacialidade (lugar) da perspectiva do grupo local e suas representações.

Ao tratar da sub-região de Itaipu, localizada na região oceânica do município de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, enfatizo as particularidades e diversidades que tornam estes espaços uma concretude experienciada (TUAN, 1990) pelos atores locais, responsáveis pelas constantes (re)significações e atualizações de uma espacialidade e ainda evidenciar, numa perspectiva crítica de que maneira que esta territorialidade, a saber, o território costeiro, é abordado na legislação brasileira. Abordando como estes

espaços são afetados por uma legislação específica, em nível federal, estadual e municipal. Até chegar à parte etnográfica, que nos permite um panorama das representações acerca do território da Praia de Itaipu e de seu entorno, durante o período de quatro meses em que o pesquisador esteve inserido nesta localidade.

Para a concepção do caráter polissêmico que o espaço costeiro de Itaipu assume, sobre a formas de múltiplas vozes, tomei emprestado a ideia de multivocalidades que Victor Turner atribui como característica da ação simbólica dos rituais Ndembu. Faço tal transposição amparado no que Bourdieu diz sobre o uso dos conceitos como ferramentas, pois "(...)conceitos e métodos podem ser tratados como ferramentas, que quando 'arrancadas' de seu contexto original podem se apresentar revigoradas, atualizadas" (BOURDIEU *et all*, 2003, p. 13). Desta maneira procuro expressar estas multivocalidades via representações sociais sobre este espaço costeiro específico.

A questão da multivocalidade trazida para uma ideia de uma espacialidade, ou melhor como significado de um lugar, expressa assim uma característica plural da qual pode ser concebido e publicizado pela ação dentro de uma modalidade operacional, dentro de seu atributo. Podemos tratá-lo como o espaço da ação e sua dimensão simbólica identificáveis na ideia expressa por Malinowski sobre o trabalho do antropólogo em campo. Através de uma imersão nos acontecimentos cotidianos da vida do nativo pode-se evidenciar suas preferências, hostilidades e suas motivações que guiam sua rotina (Malinowski, 1976).

Para o empreendimento deste trabalho tornou-se necessário utilizar conceitos como ferramentas para atentar para detalhes que num primeiro momento podem passar desapercebidos, pois a minha relação com a praia foi antes de tudo como lazer, um lugar que eu passava as férias com a família. Superar esta limitação para entender a complexidade do espaço litorâneo foi meu primeiro exercício, agora como pesquisador o espaço ganhara o *status* de lugar de trabalho. E como o trabalho do antropólogo consiste em *olhar, ouvir e escrever* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000), procuro descrever aproximadamente aquilo que pôde ser experienciado através da interação

entre o antropólogo e seus interlocutores.

2 A LOCALIDADE E SUAS PARTICULARIDADES

A abordagem pretendida busca evidenciar as perspectivas dos atores do “Canto” de Itaipu através da atribuição de sentidos, via representações sociais. Tais representações são responsáveis por tornar este espaço um lugar, com significados diversos no discurso dos interlocutores, dada a heterogeneidade das vozes e representações locais e externas. Estas múltiplas representações produzem efeitos nas relações de convivialidade e trabalho através da apropriação e usos deste espaço costeiro específico. As considerações feitas neste capítulo tendem a caracterizar tal espaço remontando o histórico da localidade e de seus atores até chegar no contexto atual em que o pesquisador fora inserido, ressaltando também as estratégias de resiliência que possibilitaram aos pescadores de Itaipu a reprodução de seu modo vida e sua cultura como também a permanência na localidade.

Para a compreensão do espaço costeiro de Itaipu, que já foi abordado inúmeras pesquisas, surge a tarefa desafiadora de apresentar tal espaço e os elementos de sociabilidade que o permeiam de uma forma que não soe como uma novidade, mas que seja fruto da experiência de interação do autor com os pescadores, comerciantes, moradores, banhistas, funcionários públicos, etc. Assim de uma forma geral, tentarei reunir as diferentes perspectivas dos atores que se envolvem cotidianamente com as pessoas e o espaço e daqueles que lançam seu olhar sobre a orla marítima no intuito de que esta interação paute políticas de gestão do espaço e dos recursos naturais.

Sendo assim, quais foram as transformações ocorridas neste espaço, que incorreram numa alteração na dinâmica de seus usos? Então, o que possibilitou a emergência dessa heterogeneidade de vozes em concorrência diante desta multiplicidade de lugares? Veremos adiante, através do convívio com o grupo local, como nestes diferentes lugares são compartilhados interesses distintos mesmo não havendo uma conformidade de vozes que o sustentem.

2.1 O “CANTO” DE ITAIPU

Itaipu é um bairro localizado na Região Oceânica da cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro. A orla do município de Niterói é composta de uma parte voltada para a Baía da Guanabara e outra voltada para o oceano. Geograficamente, a Praia de Itaipu é delimitada da seguinte maneira: a oeste do “Canto” de Itaipu (região onde se encontram os pescadores), separada pela abertura permanente do canal da Lagoa de Itaipu, encontra-se a Praia de Camboinhas seguida da Praia de Piratininga e a barra da Baía de Guanabara. A leste a praia encontra-se o costão rochoso que forma o Morro das Andorinhas seguido de três ilhas: a Ilha da Menina, Ilha da Mãe e a Ilha do Pai. Em frente à Praia de Itaipu, localiza-se a Praia de Copacabana, a Pedra da Gávea e o Pão de Açúcar.

Figura 1 - MAPA 1 - Região Oceânica de Niterói/RJ. Fonte: www.sousampaio.com

O “Canto” de Itaipu, pela beleza natural da composição paisagística e pela praia em forma de baía, atrai pessoas tanto com interesses de lazer quanto para fins comerciais, além de pesquisadores de diversas áreas. Por fim, a região tradicionalmente caracterizada pela pesca artesanal e pela sua beleza natural atraiu também projetos imobiliários, alterando a dinâmica das relações dos que viviam exclusivamente da pesca.

Figura 2 - Canal da Lagoa de Itaipu

A pescaria de inverno (tainha) já foi a principal e mais abundante e paradigmática, tanto das formas de associação das companhas quanto das regras de apropriação temporária do mar e da faixa de areia pelos pescadores. A modalidade preponderante da pesca da tainha no inverno era a de cerco com vigia. O “direito à vez” organizava a “corrida das canoas” para a obtenção do recurso. O “cerco” da tainha analisado por Kant de Lima (1997), foi descrito como um ritual no qual as identidades eram reconstruídas, os valores eram reafirmados e as hierarquias maximizadas. A

abundância dos cardumes de tainha que entravam na praia garantia a divisão do recurso e seus ganhos entre as companhas e grupos locais.

A pesca artesanal em Itaipu ainda é organizada por companhas, que são as equipes de pesca, sendo o "direito à vez" uma regra tradicional que determina a ordem de saída das canoas da praia para os cercos no mar. Não se trata de uma norma escrita, como lembra Seu Chico, ao relatar: ele "*é respeitado por que ele é passado pela tradição. É um acordo de cavalheiros, e quem não respeita entra na porrada, porque é safado. Mas quem não respeita uma norma escrita é considerado esperto*...". Lobão discutiu esta fala da seguinte forma:

> "Nesta fala surgem três novas expressões, que podem ser exploradas para percebermos as representações dos pescadores artesanais de Itaipu para as categorias 'de dentro' e 'de fora'. Os 'de dentro' poderiam ser os 'cavalheiros', signatários de um acordo cuja existência é fruto da tradição local, não estando registrado por escrito, apesar de ser possível resgatar suas primeiras versões (KANT DE LIMA E PEREIRA, 1997). Os 'de fora' são, consequentemente, os 'safados'. Mas, alteradas as regras internas, introduzida à norma escrita, surge um terceiro personagem, o 'esperto', que tanto pode ser 'de dentro', como 'de fora'. Assim, julgamentos morais que são facilmente estabelecidos quando não se usa uma norma 'jurídica', ou 'escrita', segundo a fala de Seu Chico, perdem qualquer elemento de previsibilidade quando estas entram em cena. Para a ética dos pescadores de Itaipu, uma norma escrita pode ser burlada. Em Itaipu só valeriam os contratos regidos pela tradição, pela palavra não escrita, ou seja, pela tradição oral (LOBÃO, 2000).

O conhecimento das regras locais, dos acordos de cavalheiros, para os pescadores de Itaipu, consiste no principal fator para se denominar pescador "**de** Itaipu". Tendo em vista a classificação feita por pescadores/moradores locais ao acionar um discurso que legitima práticas concernentes à dinâmica praia, do mar e à apropriação dos recursos.

2.1.1 O histórico da localidade e dinâmica da praia.

O processo de urbanização do bairro de Itaipu se deu no início da década de

1920 com a construção da estrada que liga o bairro até o centro de Niterói. Este fato possibilitou a ampliação do mercado para os pescadores, que antes levavam o excedente de sua produção para a Praça XV.

A partir da década de 1960, este processo foi acentuado, impactando diretamente a pesca e pescadores com o aumento da poluição, reduzindo a quantidade de peixes. Considerando que a dependência da relação espaço-tempo tem efeitos significativos para a constituição de regras de apropriação do recurso, o loteamento e parcelamento inadequado do solo influenciou de forma significativa uma série de transformações que impactaram os pescadores e a pesca.

A apropriação do espaço tradicional da pesca pelo setor imobiliário, ocorrida em meados da década de 1970, foi impactada por estas atividades, que viram em Itaipu uma oportunidade para tais investimentos. A Veplan, empresa responsável pelo loteamento e urbanização da região do entorno da Lagoa de Itaipu, divulgava a região como alternativa para quem "quer fugir do lugar comum" (KANT DE LIMA E PEREIRA E PEREIRA, 1997) e retirou dali os antigos pescadores que moravam no local. A caracterização dos pescadores como primitivos, atrasados, impedimentos à modernização aloca na natureza aquilo que culturalmente não quer se apropriar (KANT DE LIMA E PEREIRA, 1997).

Já nesta época o setor da pesca industrial passou a interferir nas populações de peixes, opondo-se de maneira marcante ao que os pescadores consideravam como práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais. Ainda, os pescadores artesanais de Itaipu alegavam o desrespeito, por parte das empresas de pesca, das distâncias que devem existir entre as diversas modalidades.

Outra mudança importante foi a abertura permanente da barra da Lagoa de Itaipu pela Veplan em 1979, que ficou conhecido como o "canal da vergonha". A abertura da barra da lagoa provocou o assoreamento da mesma, reduzindo bastante a quantidade de seus recursos. A barra da Lagoa de Itaipu era aberta pelos pescadores ou se abria

naturalmente, compondo assim uma relação com o mar. Desta forma, sua água se renovava e ainda os peixes entravam em suas águas proporcionando abundantes pescarias. Na separação da praia através da abertura permanente do canal da lagoa, a Praia de Itaipu sofreu um corte reduzindo a faixa de areia e formando o que veio a ser chamado de "Canto" de Itaipu. A perda do controle do espaço da praia em Itaipu foi determinante para a diminuição do arrasto de praia.

2.2 O(S) DIREITO(S) À VEZ

Neste tópico apresentarei as transformações ocorridas na organização dos pescadores causadas pelos projetos de urbanização, que impactaram significativamente os recursos, a pesca e na dinâmica interna do grupo, possibilitando uma reestruturação em sua forma de organização para o trabalho.

O "tempo da pesca" no "Canto" de Itaipu como descrito por Kant de Lima é dividido em inverno e verão. Esta divisão ainda se mantém, porém o que houve foi uma inversão, sendo que a pesca de inverno que era tida como a mais abundante já não é. O verão era visto como um período de escassez. O aparecimento da tainha era o indicativo do início do inverno possibilitando aos pescadores locais organizarem as regras de apropriação do espaço-tempo e, consequentemente, a divisão do recurso. Com o "sumiço da tainha", vigora em Itaipu uma inversão desta divisão do tempo, sendo o inverno o período de escassez e o verão o de abundância (MIBIELLI, 2004). Nota-se a centralidade da tainha da forma organizativa do grupo

Como já dito, o "direito à vez", como dispositivo regulador pactuado de forma cavalheira entre os pescadores, orientou a organização da pesca, e se tornou determinante para a constituição e caracterização do "Canto" de Itaipu como lugar de uma prática e um saber tradicional, baseado nas formas de compreensão atribuídas às mudanças climáticas e ao comportamento dos recursos. Isso permitiu seu prognóstico,

ou seja, uma conjuntura razoável que possibilita esboçar algo vindouro, pautando uma dinâmica espacial temporal específica orientada para a pesca no inverno. Percebemos assim, que a dinâmica espacial temporal de apropriação da praia e dos recursos são delineadas a partir de uma interdependência de elementos que fundamentam o conhecimento e a prática da pescaria. Veremos adiante como a alteração de alguns desses elementos influenciam e reorganizam a pesca e o espaço/tempo.

Após estas primeiras considerações acerca da tradição da pesca e do uso do espaço no "Canto" de Itaipu, apresento uma visão sobre a localidade a partir da inserção no campo e das interações num contexto específico.

Em Itaipu não há como não reconhecer "duas praias". A dos dias de semana e a dos fins de semana. Durante a semana, a praia com pescadores, peixes, redes, comércio e uma intensa atividade dos grupos locais. Nos fins de semana, uma invasão de grupos de "fora", sejam aqueles que chegam à praia nos ônibus que ligam Itaipu a vários outros bairros, sejam aqueles que chegam a bordo dos iates vindos do Rio de Janeiro. O contato entre estes dois universos são os bares que ainda estão sob o controle das famílias de pescadores artesanais.

A primeira vez que estive na Praia de Itaipu, já como pesquisador, me atentei à dinâmica da praia, para mais tarde me inserir no cotidiano deste local. A princípio a tentativa de interagir com os pescadores se deu na ajuda para "encalhar", que é realizar a subida dos barcos que chegam depois de voltarem à praia, após a pescaria. Posteriormente, quando fui convidado pelo filho de um pescador, e também pescador, para ficar em sua casa, pude me envolver com mais frequência nas tarefas cotidianas da pesca.

Chegando à praia mais cedo, comecei a participar das puxadas na pescaria de arrasto, realizadas pelas companhas de Mestre Lula e Mestre Cambuci. As puxadas de rede dependem de um número considerável de pessoas, sendo aberta à participação de qualquer voluntário. Os pescadores facilitam a participação dos voluntários na puxada,

disponibilizando o material necessário.

Assim que voltam, inúmeros interessados se aproximam dos barcos para ver o que os pescadores "mataram" ou para participar do leilão. O leilão é feito logo que chegam. O dono da pescaria coloca um preço em tudo que foi pescado e os interessados dão um lance que pode ser aceito se for um bom negócio ou coberto por um lance de outro comprador disposto a pagar mais pelo peixe. O interessante de se notar na dinâmica da comercialização do pescado, é os pescadores não sabem exatamente a quantidade que está sendo vendida e nem o comprador sabe quanto está comprando, pois as mercadorias são negociadas em lotes.

Os lances dados pelos possíveis compradores caso não aceitos pelo vendedor, passam para outra pessoa, pois aquele que fez o primeiro lance e que fora negado não se dispõem a "queimar outro lance". O valor dado a cada lote é fixado pelo dono da pescaria, que calcula o valor de cada lote baseado nas espécies pescadas, orientados por uma lógica interna, dada a sazonalidade do recurso e de sua especificidade. E como ouvi na praia de Itaipu que "tudo é sazonal" a decorrência dos acontecimentos altera-se constantemente. A dinâmica orientada por cada ciclo temporal da pesca é que dará o contorno à mobilização perante o recurso.

Desta forma essa sazonalidade torna-se uma categoria paradigmática das práticas que permeiam as relações entre aqueles que estão ali ou vivem naquela localidade. Chama a atenção esta categoria para dar o contorno da proposta que será desenvolvida, nos permitindo analisar quais são os elementos responsáveis por essas alterações e como o grupo estabelecido em Itaipu reagiu diante dessas mudanças.

A ideia era poder conhecer esta dinâmica dos usos da praia de Itaipu, na qualidade de espaço público, para compreender na perspectiva dos interlocutores, as representações sobre a localidade. Desta maneira as observações e as conversas com moradores, comerciantes e pescadores foram direcionadas nesse sentido, uma vez que através de suas falas seria possível captar o discurso, assim como as representações

deste espaço e como estas incidem sobre as práticas daqueles que dependem da praia.

No empenho de realizar uma decantação do que seria objeto próprio das Ciências Sociais, os fatos sociais, segui a proposta de Durkheim sobre o conceito de representações sociais, para aquilo que é concebido a partir do produto das interações humanas. Assim, tais representações se dão no sentido de uma sistematização, a partir de concepções compartilhadas, acerca daquilo que é representado e que toma lugar na consciência dos atores pautando suas ações. Não interessado na ordem proposta pelo autor, mas sim em suas palavras no sentido da distinção do objeto próprio das Ciências Sociais, Durkheim ressalta:

> Eis, portanto uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele. Por conseguinte, eles não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e em ações; nem com Os fenômenos psíquicos, os quais só têm existência na consciência individual e através dela (DURKHEIM, 2007: p.2).

Desta forma, as maneiras de representar, para Durkheim, são determinadas a partir do conjunto referencial que o ator traz para si como parte de sua consciência. Na relação indivíduo/sociedade, a segunda exerce papel preponderante sobre o primeiro, pautando a forma em que as representações são concebidas. Encontramos um problema no marco referencial exposto por Durkheim na relação entre indivíduo e sociedade. Tomando esta perspectiva e problematizando tal ideia a partir das representações sociais acerca da Praia de Itaipu temos uma contradição. Uma vez que a proposta desta pesquisa é entender as multivocalidades dos discursos, das ações e dos usos sobre a praia, o referencial principal é a praia, porém não podemos vislumbrar esta como estática para os diferentes atores ou ainda considerar, que em Itaipu exista um "ordenamento natural".

A multiplicidade de vozes que incidem sobre o espaço costeiro, proporciona uma amplitude de representações sobre esta espacialidade. Como pensar o espaço costeiro,

como categoria sociológica, a partir destas representações que fundamentam práticas e atitudes dos atores envolvidos neste contexto?

Primeiramente, o que define as relações com esta espacialidade são as formas como os indivíduos se apropriam dela. Segundo Tuan (1990), a habilidade espacial seria apenas o contato primário com uma dada espacialidade. A partir dela a transição feita por meio simbólico de um espaço – descontextualizado – para um lugar – interiorizado, praticado e compartilhado, se dá através da experiência e do conhecimento produzido. Neste sentido, não há uma "ordem natural" da espacialidade imposta aos indivíduos, mas uma pluralidade de perspectivas mediadas pelas relações simbólicas de um grupo com o lugar. Um consenso sobre o que é a Praia de Itaipu somente existiria se houvesse tal ordem natural. Ou, quem sabe, uma hierarquia de vozes, onde uma delas calasse todas as outras. Assim, pode-se olhar para a praia de Itaipu, como a praia dos pescadores, a praia dos comerciantes, a praia dos curiosos, dos pesquisadores, dos banhistas, dos turistas e de quem mais se apropriar dela. É essa pluralidade que foi o objeto central desta pesquisa.

A distinção feita por Tuan entre o espaço e lugar permite-nos compreender melhor que o espaço independe da ação dos indivíduos, logo este existe por si só e é descontextualizado. Através do conhecimento, que produz a espacialidade para além dela mesma, podemos conceber, conhecer e tornar mentalmente legível, pela experiência compartilhada e pelo conhecimento produzido a partir da experiência, o lugar. Porém, como fruto de uma experiência compartilhada, suas concepções serão homogeneizadoras. Ao lançar mão desta distinção, surge um problema: ao ressaltar as multivocalidades, a partir das representações em que emergem múltiplas vozes, serão múltiplos os lugares dentro de um mesmo espaço.

Desta forma a concepção do lugar abordado se evidencia em constante movimento e transformação e desvendar tal dinâmica é um dos objetivos propostos para a composição de uma territorialidade complexificada por relações de trabalho e de *querência* (MELLO E VOGELL, 2004).

2.2.1 A pesca, os pescadores (narrativas de campo...)

A principal modalidade de pescaria encontrada hoje em Itaipu é o "lanço à sorte", outras modalidades convivem com esta, tais como a pescaria de "rede de espera", a "pescaria de linha", e de mergulho. Pude acompanhar e praticar as três primeiras modalidades. No arrasto de praia, como qualquer ajuda é bem-vinda, não foi difícil me inserir, mas até conseguir conversar com os pescadores posteriormente, me parecia que compreender o mínimo sobre a dinâmica da praia na pesca de arrasto seria de fundamental importância. Além disso, minha constante presença ali me faria uma pessoa "conhecida", possibilitando a abertura do diálogo com os pescadores.

A pescaria de arrasto começava a partir das 3h da manhã e poderia durar até às 10h da manhã, dependendo do número de "lanços" planejado para aquele dia. Em 2011, haviam duas companhas que faziam pescaria de arrasto em Itaipu: a de Mestre Cambuci e a de Mestre Lula. No exercício da pesca os papéis de cada integrante da companha evidenciam-se.

Pela madrugada quando chegava à praia, encontrava o grupo de Cambuci reunido em frente à sua casa, onde esperavam com o barco apontado em direção ao mar e conversavam sobre assuntos diversos, ainda nada relacionado à pesca. Apresentei-me a eles dizendo que era pesquisador da UFF e que estava ali para fazer uma pesquisa sobre a dinâmica das relações e dos usos do espaço na Praia de Itaipu.

A princípio poucos conversavam comigo, às vezes quando tentava puxar um assunto eram feitos poucos comentários. A fala de Cambuci sobressaía sobre as outras merecendo mais atenção de todos. Ficava aguardando, ouvindo e conversando com eles enquanto não chegava a hora certa. Até que saíam para fazer o arrasto. Quando chegava o momento certo todos se mobilizam para empurrar o pesado barco para dentro da água. Com palavras de incentivo, Mestre Cambuci chamava todos ao trabalho de levar o barco até a praia:

– *Vamos Galera! Força!*

Com o barco dentro d'água todos embarcavam, menos Damião e eu que ficávamos responsáveis pela parte em terra do cabo. A outra ponta da rede ficava dentro do barco e era desembarcada após ter feito uma espécie de cerco que era puxada em terra pelos ajudantes, em dois pontos da praia (FIGURA 1). Quando o barco vem chegando próximo à faixa de areia, voluntários rodeiam algumas das pontas das cordas com o recabo na cintura, uma espécie de laço que se prende à cintura e a ponta com o nó no cabo da rede. Para facilitar a ajuda dos voluntários no arrasto o mestre da companha deixa os recabos dentro de uma caixa no local onde no fim do arrasto as duas pontas se encontrarão. Basta chegar, se dispor, pegar um desses cabos.

Figura 3 - Ilustração da pescaria de arrasto de praia. Fonte: http://informativo-nossopixirum.blogspot.com/

A dinâmica deste processo consiste em fazer muita força, puxando e dando passos para trás, até uns 5 metros antes do término da faixa de areia. Se em uma das pontas do cabo da rede estiverem três pessoas, na medida em que a rede for sendo puxada vão se trocando as posições: o que está próximo ao fim da faixa de areia solta o recabo e o prende novamente na corda presa à rede próxima à arrebentação, sucessivamente. Repetidos estes procedimentos inúmeras vezes, por mais ou menos 1

hora e 30 minutos, as duas pontas da rede vão se aproximando, passando por um longo trecho da faixa de areia. Enquanto isso, o barco fica parado em frente à rede que está no mar fazendo o cerco, e o contramestre, ou no caso da companha de Mestre Lula, ele mesmo, é responsável por essa função. Ele faz sinais que orientam a puxada, ou seja, quando balança o braço direito este lado deve se empenhar mais na puxada e o mesmo acontece quando se balança o braço esquerdo.

O momento em que a rede é retirada da água é de grande euforia, começa-se a separar os peixes que tem valor comercial daqueles que serão devolvidos ao mar. Baiacu (bola), peixe-voador, pequenos peixes, siris menores, tartarugas e algas (alface) voltam ao mar. Depois de concluída a separação dos peixes, o trabalho agora é embarcar a rede, de forma correta no barco, de modo que ela já fique preparada para um próximo lanço que pode ser no mesmo dia.

Feito isso, a próxima atividade é colocar o barco para cima, geralmente em frente ao barracão utilizado pelo mestre da companha para guardar seus equipamentos, no caso de Mestre Cambuci, em frente à sua casa. Nesse momento precisa-se de uma grande ajuda, pois os barcos de arrasto são de madeira e têm cerca de 5 metros. Aproveitam a arrebentação para dar o impulso ao barco e colocá-lo em cima dos troncos ensebados, o que facilita o deslize do mesmo por cima deles. De forma sucessiva repete-se este movimento até o local desejado. Esta tarefa também é realizada com gritos de incentivo do mestre da companha e convocação daqueles mais próximos para dar uma força na tarefa.

Quando isso é feito, o próximo passo é a divisão do pescado para aqueles que contribuíram na puxada do arrasto. Por vezes deixei de aceitar o que Cambuci me ofereceu por considerar que naquele dia a pesca estava fraca, mas quando vinha uma quantidade considerável de peixes eu aceitava.

A parte da tarde é destinada a fazer reparos na rede para o dia seguinte ou ao comércio para aqueles que também se dedicam a esta atividade. Para o reparo das redes

dispende-se um bom tempo e tudo é feito nas areias da praia enquanto seu movimento já está totalmente alterado. A frequência dos banhistas aos comércios altera o cenário que a pesca ocupou durante parte da madrugada e da manhã na Praia de Itaipu.

Figura 4 - Foto 2 - Uso da faixa de areia para reparos nas redes. Fonte: O Globo

Na companha de Mestre Lula pude observar um fato interessante, que demonstra um pouco como é a dinâmica no mar sobre o espaço necessário para fazer o arrasto. Em uma ponta, o pescador, conhecido como Baixinho, segurava o cabo, enquanto observávamos Lula preparando o lanço, já com o barco na metade do percurso para se fazer o cerco. Baixinho estava com o cabo preso à cintura quando passou um barco a motor em alta velocidade arrastando o cabo da rede e, consequentemente, puxando Baixinho para a água. Este foi um momento de apreensão entre os pescadores ao verem um companheiro sendo puxado para o mar até que ele conseguiu se desprender do cabo de rede.

Outro acontecimento se deu no dia seguinte, enquanto Lula levava a rede para o

mar, um barco ocupava o espaço onde a rede faria o cerco e ao perguntar a um companheiro de Lula se a presença daquele barco iria dificultar o trabalho, ele me disse:

– Ele vai sair de lá, pois agora é nossa vez!

O espaço necessário para se fazer o arrasto compreende assim uma faixa considerável tanto da areia como do mar e as regras compartilhadas por aqueles que se reconhecem como pertencentes ao grupo local ordenam o trabalho dos pescadores no mar. Entretanto, em terra pude perceber que a disposição das cadeiras com o começo do movimento dos banhistas, se for um bom dia para se "pegar uma praia", é um empecilho à prática do arrasto, uma vez que o cabo usado para puxar a rede ao passar pela faixa de areia encontra como obstáculos, guarda-sóis, pessoas e mesas.

Figura 5 - Barcos dispostos na faixa de areia

Outra modalidade de pescaria que pude acompanhar foi a de "rede de espera", pescaria que acompanhei com Nicinho, antigo pescador de Itaipu, que pesca ali há mais de 40 anos. A "rede de espera" é uma prática corriqueira dos pescadores assim como a de arrasto, que se na época da tainha se dedicavam a modalidade de "cerco com vigia", no verão, alguns pescadores também se dedicavam a esta arte. Porém, tal arte de pesca era vista como uma pescaria de preguiçosos, uma vez que consiste em posicionar a rede

num dos pontos de pesca, e posteriormente, no dia seguinte ir "cobrá-la". "Cobrar a rede" seria retirá-la da água, ou seja, receber o que dela foi considerado como sua função.

Conheci Nicinho na praia quando se preparava para "cobrar sua rede", enquanto ajudava no arrasto de Lula. Quando acabou o arrasto fui andando pela areia quando vi um pescador tentando sozinho colocar o barco no mar, um barco pesado de madeira e sem motor. Fui ajudá-lo e perguntei se ele queria uma ajuda lá no mar. Perguntou-me:

- *Você sabe pescar?*
- *Não, mas eu gostaria de aprender!*

Assim embarquei na primeira pescaria. Subi no barco e ele foi remando até onde "mataríamos" umas lulas (a lula estava bastante valorizada, sendo que um lote de aproximadamente 1 kg não era negociado por menos de 10 reais) antes de cobrar a rede. Durante a conversa fiquei sabendo que se tratava do pai de Drejan (mergulhador) e que, Nicinho (o pescador) foi casado com uma irmã de Seu Chico. Na pescaria da lula ele foi me ensinando a técnica: é necessário que se puxe a linha com rapidez. Como a lula é um bicho mole, ela se solta fácil da "garatéia". A dificuldade está em sentir a mordida dela que é um pouco fraca. Então, tem que ficar puxando a linha, subindo e descendo a "garatéia" para atraí-la e quando sentir uma puxadinha, fisgá-la!

Jogamos uma "garatéia" de cada lado do barco e puxando e soltando a linha, a pescaria foi mais proveitosa do que quando saí para pescar lula em outra oportunidade. Mesmo assim a "maré" estava fraca, pegamos no total 11 lulas. Peguei 5 e Nicinho as outras 6. Dessa vez já deu pra sentir melhor a mordida da lula. A disputa pela lula no verão (janeiro) estava acirrada, muitos barcos pescando de linha. Internamente a lula é comercializada para ser usada como isca para outras espécies, mesmo assim sua abundância naquele período (água fria) possibilitava sua comercialização num bom preço, para consumo ou para os restaurantes.

Enquanto Nicinho remava fomos conversando. Ele me contou que já pescava ali

há mais de 40 anos e que começou entre 10 e 12 anos com seu pai com quem aprendeu a técnica da pescaria. Acabada pesca das lulas, porque estava fraca para nós e ainda teríamos que "cobrar a rede", fomos até ela. Nicinho me recomendou que eu vestisse um avental para puxar a rede senão eu iria ficar todo sujo. Vesti e fui observando o que ele faria. Nicinho me pediu o porrete que estava no fundo do barco. Não entendi para quê. Logo que chegamos ao ponto onde ele tinha armado uns 300 metros de rede ele foi percorrendo a rede e proferindo golpes com o porrete no banco do barco. Entendi menos ainda. Achava que o barulho espantaria os peixes e o perguntei:

- *Nicinho, mas isso não espanta os peixes*?
- *Não! Se tiver algum peixe perto da rede e eu bater com o porrete, o peixe pula pra dentro da rede.*

E assim fomos, percorrendo a rede enquanto ele dava os golpes no banco do barco. Até onde tinham as boias que marcam onde é o fim da rede e onde também começa a puxada. Fomos puxando, um de cada lado e alguns peixes foram capturados. Ao final, "matamos" aproximadamente 20 peixes. Nicinho disse que aquele dia a maré não estava muito boa, mas que amanhã seria melhor. Voltamos a colocar a rede no mesmo ponto que a retiramos e retornamos à praia. Para o outro dia Nicinho havia combinado comigo de realizar a cobrança na rede aceitei de prontidão.

No dia seguinte estava puxando o arrasto enquanto Nicinho não chegava. Afinal se não fôssemos cobrar a rede os peixes iriam apodrecer nela. O motivo do atraso de Nicinho tem sido o bar que ele abriu na Avenida Central, já não se dedicando exclusivamente à pesca. Tem consumido as madrugadas dele, pois fica aberto até tarde. Ele me disse que havia fechado no último dia às 3 horas da manhã. Certo que não conseguiria chegar tão cedo à praia, ainda mais para um exercício que exigia muita disposição. Bernardo (mergulhador) disse que no mar parece que as necessidades aumentam de volume, se sente mais fome, se sente mais sede e faz-se mais força. E é assim mesmo, romper o mar não é fácil, vendo os pescadores e como fui pescar também posso dizer que o trabalho é muito pesado.

Assim que Nicinho chegou, não dava mais tempo para pegar lula, pois já devia ser umas oito ou 9 da manhã. Fomos somente cobrar a rede. Enquanto caminhávamos para o barco passamos pelo irmão de Nicinho, o Niltinho.

Continuamos a cobrar a rede, puxando para dentro do barco, cada um na sua corda. A rede, quando se arma no fundo d'água, fica em um formato semelhante a uma rede de vôlei (esticada), onde as boias (chamadas de cortiça) a suspendem e os pesos fazem uma força contrária, puxando-a para o fundo. O lugar onde a rede foi armada, Nicinho o chama de “boqueirão” (mapa 1). Localiza-se entre o Morro das Andorinhas e a Ilha da Menina. Pegando assim, os peixes que passam neste espaço entre as formações rochosas.

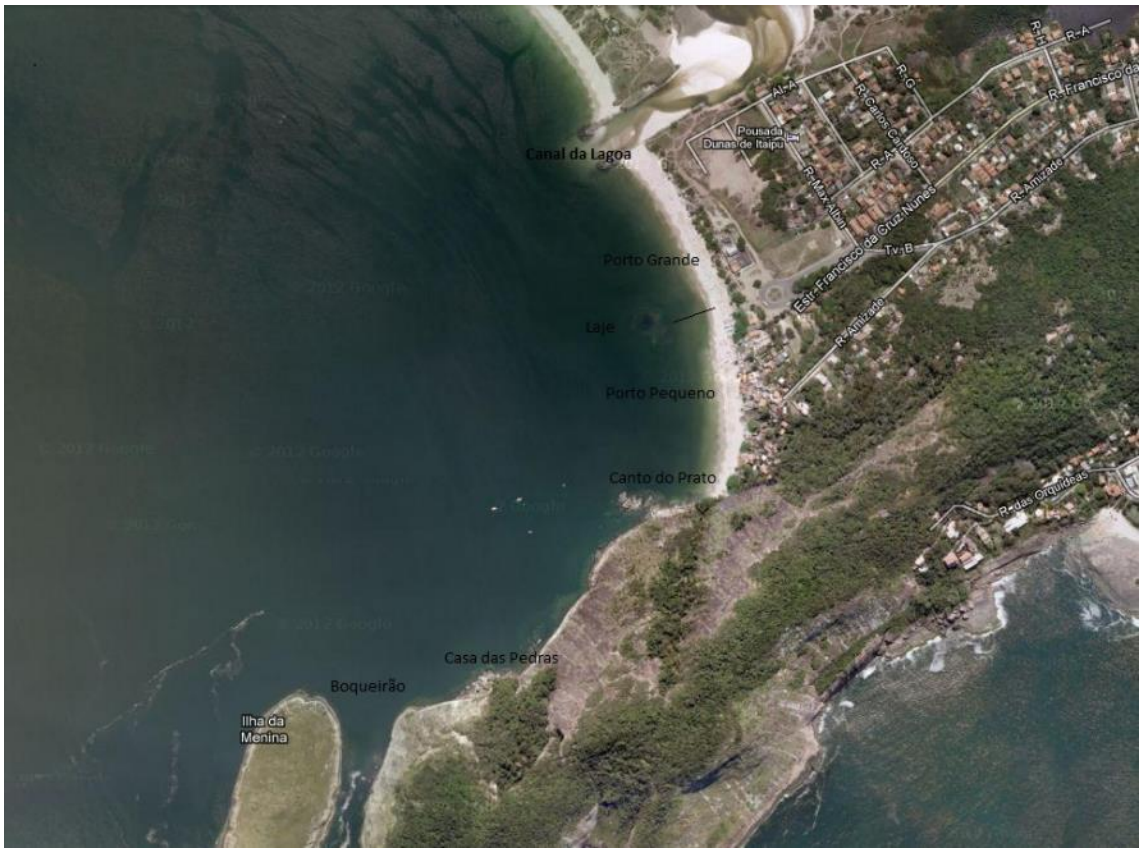


Figura 6 - Divisão da Praia de Itaipu por pontos de pesca. Fonte: Google Mapas (Marcação do autor)

Então continuamos a cobrar a rede, quando de repente a rede parou de subir.

Nicinho disse:

- *Agarrou em alguma coisa lá embaixo.*

Tentou puxar até cansar, então me disse para colocar as cordas da rede na popa do barco dizendo que ficaria mais fácil, pois precisa fazer menos força. Até que de tanta força que fizemos a rede soltou. Nicinho avistou um peixe grande preso à rede subindo à superfície, Nicinho se empolgou com o tamanho dele. Tratava-se de um cação-anjo, um peixe muito valioso e que dos meses que fiquei em Itaipu nunca havia visto alguém que tivesse o capturado.

Nicinho ficou muito feliz com a pesca do cação-anjo, pois, nos dias anteriores, ele havia pescado poucos peixes e o valor de comercialização daquele era alto. Apenas lamentou não ter "cobrado a rede" mais cedo, quando o leilão das "marés" na faixa de areia fica mais disputado. Com o peixe embarcado e sinalizando que já era hora de voltarmos à praia, Nicinho lançou o olhar ao horizonte e disse:

– *O tempo vai mudar!*

Ele estava correto. O vento sudoeste estava chegando[1], traria chuva e esquentaria a água. A água em Itaipu estava muito gelada nos últimos dias, mas nesse dia já estava um pouco mais quente. Como o tempo mudou, voltamos com dificuldade à beira da praia e Nicinho já imaginava quanto poderia ganhar com a maré. Na verdade o peixe que importava mesmo era o cação-anjo, bem grande e como ele disse daria uns 10 kg de filé.

Chegando à beira, encalhamos o barco e fomos onde o leilão acontecia. No primeiro lance, uma senhora oferece 75 reais. Valor que foi recusado. Logo depois, Silvão oferece 85. Nada feito! Nicinho, impaciente se afasta enquanto Silvão reclama. Nicinho, não aceita vendê-lo por menos de 100. Silvão aumenta a proposta para dá 90 e

[1]Sobre a influência dos ventos e o comportamento das marés, em uma conversa com Jairo (pescador de Itaipu) me dissera que toda manhã coloca o pé na água para sentir o sentido da maré.

disse que pagaria na hora. Nicinho acorda:

– *Leva por 100, mas não precisa me pagar hoje não!*

O negócio foi fechado.

Por fim, Nicinho me pagou um café e um salgado na lanchonete da praia, além de me dar dois peixes-porco limpos e combinamos que no dia seguinte ele traria um remo para eu ajudá-lo nessa função.

No outro dia, Nicinho havia combinado comigo de chegar cedo e mais uma vez não chegou. Niltinho, irmão dele, brinca comigo dizendo para outros pescadores que estavam no beco:

– *Aí o companheiro de Nicinho. Nicinho combina com ele, o cara está aqui e é ele quem não vem!*

Com o tempo, ajudando os pescadores eu havia passado de um simples curioso/pesquisador para companheiro (temporário) e aprendiz da técnica das pescarias. Nicinho havia dito que faria de mim um pescador.

Esta categoria "fazer o pescador" é importante para se pensar quanto a profissão é valorizada pelo grupo, pois percebi uma certa satisfação nos pescadores ao me ensinarem suas técnicas e contar aos outros que um "pescador que seria feito" em Itaipu.

2.3 A "VEZ DOS DIREITOS" – O PROJETO ORLA, A RESEX E OS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO.

No caso do Projeto Orla no município de Niterói (que teve início em 2009), os grupos envolvidos foram: na esfera federal, o Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental e o Ministério do

Planejamento, Orçamento e Gestão, através da Secretaria do Patrimônio da União (MPOG). Ambos consideraram que os problemas apresentados no litoral brasileiro eram de ordem administrativa, ambiental e social, e pretendiam definir estratégias de descentralização de gestão dos espaços costeiros. Na esfera estadual participaram a Superintendência do Patrimônio da União (SPU/RJ) e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea); na esfera municipal participaram a Prefeitura Municipal de Niterói e a entidades representantes da sociedade civil organizada.

Antes de conseguir me fixar de forma prolongada em Itaipu procurei uma interlocução com a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) através da Coordenadora do "Projeto Orla", com quem realizei três entrevistas. Buscando compreender sobre outra perspectiva, como são caracterizadas e planejadas as ações nesta espacialidade.

A compreensão e caracterização da Zona Costeira será abordada a princípio sob a ótica do contexto jurídico, ou seja, como a legislação brasileira caracteriza este território, com o intuito de sintetizar as dinâmicas deste complexo ecossistema numa forma legível e administrável (SCOTT, 1998) para que, posteriormente, tais territórios sejam alvo de políticas públicas que promovam a gestão integrada da Orla Marítima. Com isso, remontaremos a trajetória dos atores envolvidos na implementação do "Projeto Orla" e da construção da Reserva Extrativista Marinha em Itaipu, buscando demonstrar a complexidade das dinâmicas locais para a elaboração de uma gestão integrada.

Sendo assim, este é um *locus* privilegiado sob a qual se debruçam instituições federais, estaduais e municipais para implementação de uma gestão compartilhada e participativa dos territórios indisputavelmente da União, como é o caso da orla marítima. Essa orla é definida como unidade geográfica inclusa na zona costeira, delimitada pela faixa de interface entre a terra firme e do mar.

Uma questão que se pode colocar desde o início seria: como uma espacialidade

particular poderia ser entendida tanto pelos agentes estatais quanto por aqueles que se apropriam deste espaço específico e o classificam de acordo com seus usos?

Por exemplo, no Canto de Itaipu a faixa de areia é utilizada pelos comerciantes para a disposição de mesas e cadeiras para atendimento dos clientes. O mesmo espaço é usado pelos pescadores de beira de praia para desencalhar e estacionar as embarcações que voltam da pesca, e também para fazer a limpeza dos peixes, comercialização, reparos das redes e a prática do arrasto de praia. Já fins de semana é utilizada pelos banhistas, a grande maioria trazida à praia pelas linhas de ônibus que partem tanto do centro quanto de parte de São Gonçalo.

Nesse sentido, mais do que revisitar os rituais de construção da identidade dos pescadores de Itaipu, o "Canto" de Itaipu que nos interessa é aquele impactado pela ideia de ordenamento, pela gestão participativa e descentralizada da Orla Marítima. Tais categorias levaram a pensar o conceito de espacialização do Estado desenvolvida por James Ferguson, que buscou entender como as pessoas experienciam o Estado como uma entidade através de características espaciais e propriedades. O autor entende que isto se dá através de imagens, metáforas e práticas de representação e que só assim que o Estado pode vir a ser entendido como concreto, uma realidade espacialmente abrangente (FERGUSON, 2002).

A primeira entrevista com a Coordenadora do Projeto Orla foi guiada pela proposta de identificar a atuação pretendida na solução dos conflitos e a descentralização da gestão do espaço costeiro.

Deste modo, ao ser questionada sobre tais soluções, o discurso da Coordenadora foi no sentido de amenizar a proposta de solução dos conflitos, talvez orientada por uma visão negativa desta ideia, argumentando que o ideal seria a consensualização dos interesses vigentes no local até que o "ordenamento natural" de Itaipu fosse reconstituído. Apontou para vários problemas percebidos no entorno da orla de Itaipu, disse que alguns sofreriam cortes "na carne", pois eram inegociáveis a continuidade de

certas práticas ocorridas ali, tais como a permanência dos barcos na faixa de areia, a ação de comerciantes irregulares, as cabeças dos peixes lançadas à praia durante a limpeza do pescado, a falta de acesso à praia e outros. Estas práticas foram formalizadas em um Dossiê elaborado pelo município, em parceria com órgãos estatais, com o objetivo de elaborar um quadro da situação atual da orla marítima do município de Niterói. Entra em ação nesse contexto um ideário de certo "projetismo" que delineia metas, parâmetros e conceitos exógenos às realidades locais. Assim, este projetismo poderia ser caracterizado como um anexo às particularidades locais (LOBÃO, 2010).

Podemos evidenciar tal realidade através do conceito de conflito e sua dinâmica processual desenvolvida por Victor Turner (2008), uma vez que o autor, constatara a propensão dos Ndembu a um contexto anarmônico nomeado de "dramas sociais" que podem ser captados:

> Quando os interesses e atitudes de grupos e indivíduos encontravam-se em óbvia oposição, os dramas sociais me pareceram constituir unidades do processo social isoláveis e passíveis de uma descrição pormenorizada (TURNER, 2008, p.28).

Os conceitos de "dramas sociais" e "conflito" aqui nos parece central para entender como se dá a relação, entre a ação dos agentes estatais e daqueles que são os "alvos" de políticas públicas. Nessa interação entre Estado e sociedade podemos inquirir, questionar e descrever um pouco como esta se deu no processo de implementação do "Projeto Orla" no "Canto" de Itaipu.

No caso específico da sub-região de Itaipu pudemos acompanhar como o presidente da ALPAPI, Seu Chico, teve sua participação vista como prejudicial ao andamento do projeto. Ele foi taxado de polêmico, briguento e, consequentemente, sua presença nas reuniões não era bem vista em um espaço onde as divergências dariam um tom negativo ao andamento e execução do projeto. Entretanto, para um espaço que se pretende democrático, tendo como proposta conceber uma política pública de descentralização da gestão da Orla Marítima, a exclusão de um ator importante para o "Canto" de Itaipu, no mínimo nos causa estranheza. Neste sentido este acontecimento

gera algumas dúvidas sobre o caráter democrático dos processos de concepção de gestão integrada da orla marítima, na qualidade de espaço público. Ou ainda, elucida o caráter seletivo da interação entre Estado e sociedade que dá exclusividade a atores privilegiados e afasta aqueles que divergem de determinadas posições.

A multivocalidade proposta como ferramenta analítica para compreender o espaço costeiro revela que, quando as forças representativas locais não homogêneas interagem nos espaços públicos para tomadas de decisões, é percebido que nem todas estas vozes alcançam a mesma representatividade. A apropriação de uma gramática específica torna-se necessária, formulando muitas vezes um discurso para fora da localidade, algumas vezes podendo contemplar as demandas locais, porém nem sempre o discurso parte de quem tem legitimidade para dizer "em nome de". Essas representatividades buscam interagir com as entidades governamentais, sob um modelo de interação pautada por formas administrativas empenhadas pelos órgãos públicos, portanto monológicas, ao invés de contribuírem para a formulação de políticas que atendam as particularidades locais, sendo as formas institucionalizadas de gestão são a única maneira legítima dentro de um contexto aparentemente democrático.

Além do Projeto Orla, desde 1999 foi solicitada pela ALPAPI e pela Colônia Z-7, um projeto para a criação de uma Unidade de Conservação do tipo Reserva Extrativista Marinha em Itaipu. Este modelo de gestão é destinado a uma população tradicional extrativista para exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais. Sendo que esta conservação dos recursos se dá exatamente pela atividade de baixo impacto sobre a população de peixes, permitindo ao grupo sua reprodução econômica e social ancorada em um saber tradicional localmente constituído e pautado por regras de apropriação temporária do espaço.

Diante de um quadro complexo de impactos que sofreram estes recursos tanto pelo crescimento da urbanização quanto pelo aumento da poluição, a forma organizativa dos trabalhadores foi alterada, tanto no uso do espaço como na forma de captura dos recursos. Assim a destinação de uma área territorial para pescadores artesanais

tradicionais qualifica-se dentro de uma ideia de direito difuso, onde resguardado um saber tradicional responsável pela renda destes grupos permite a continuidade desta prática de baixo impacto sobre os estoques pesqueiros, ao mesmo tempo que se resguarda o equilíbrio do meio ambiente e, sendo um bem comum, favorece todos os cidadãos.

Após a formalização da RESEX, será concedida a uma instituição que a representasse oficialmente a Concessão de Direito Real de Uso do Território. A gestão deste espaço ficará a cargo de um conselho deliberativo que tomará as decisões administrativas, juntamente com as partes interessadas. Este conselho será composto por diferentes associações que se "beneficiam" diretamente da implementação de uma Unidade de Conservação, como também de "beneficiários" indiretos, ou seja, aqueles que usufruem deste espaço, mas não tem laços de proximidade com o grupo local. Resumidamente, uma Reserva Extrativista caracteriza-se por:

> [...]uma área natural onde se concedeu cidadania a uma população tradicional para que ela pudesse definir localmente regras para a apropriação deste espaço público especial, que é o meio ambiente, de acordo com o interesse que a sociedade envolvente tem, tanto na preservação deste ambiente natural, como neste grupo social. (LOBÃO, 2000: p. 21)

Na época que permaneci em Itaipu, como residente temporário e pesquisador, os pescadores falaram pouco em Reserva Extrativista Marinha e, ao conversar sobre este assunto o que me diziam era que o processo "tá parado". Tais enunciados me levaram para caminhos que não tinham como ponto de chegada a implementação e/ou uma mobilização em torno de uma Reserva Extrativista. Em outras oportunidades, ocorreram três reuniões para discutir esta proposta que não foram para frente, sendo a última realizada pouco antes do fechamento desta dissertação, onde o processo de discussão sobre a criação da RESEX na localidade foi reaberto.

No entanto, ao compreender algumas questões, como a dinâmica de uso e apropriação do espaço, foi possível evidenciar as multivocalidades e os múltiplos locais onde se posicionam estas vozes, bem como também a capacidade de mobilização de

cada uma delas, diante das demandas do grupo local.

Entretanto, a discussão em torno da implementação desta política de governo está diretamente ligada à uma ideia de que, como o mar é um bem comum, não pode ser dado o privilégio a um determinado grupo. As reservas extrativistas assim se mostram como um dispositivo de administração do espaço público e as normas para esta gestão devem seguir regras locais sendo assim necessário que se criem mecanismos para que isto seja realizado.

Já a metodologia do "Projeto Orla" em Niterói foi estruturada em etapas, que visam paulatinamente estreitar as relações entre as esferas de governo e sociedade civil. Suas etapas foram programadas da seguinte forma:

> "1. Workshop de sensibilização (ocorrida nos dias 15 e 16 de janeiro de 2010). Desta primeira etapa participam uma Equipe Municipal e uma Comissão Técnica Estadual.
> 2. Oficina I de capacitação (ocorrida nos dias 1 a 5 de fevereiro de 2010). Equipe Municipal, Sociedade Civil Organizada, CTE, Secretarias Estaduais Afins, Coordenação Estadual, Coordenação Nacional.
> 3. Oficinas Locais para multiplicação do conhecimento e aprimoramento da discussão (ocorrida no período de fevereiro e março);
> 4. Oficina II para a elaboração do Plano Preliminar de Gestão da Orla (ocorrida nos dias 17,19, 20 e 21/07/2010);
> 5. Reunião de fechamento das oficinas I e II (realizada no dia 18 de novembro de 2010);
> **6. Audiência Pública final** que ocorrerá somente após o parecer da Coordenação Nacional. Nesta audiência será apresentado o Plano de Gestão da Orla. Etapa restante
> **7. Formalização do Comitê Gestor**, através de instrumento legal, com representantes dos diversos órgãos e entidades envolvidas.
> – **Convênio de Cooperação Técnica entre as três esferas públicas."** (Projeto Orla, Niterói)

Das duas primeiras etapas de articulação entre o Projeto Orla, órgãos estaduais, municipais e a sociedade civil organizada foi possível consolidar um dossiê que compõe a primeira versão do plano integrado de gestão da orla (PGI). Este dossiê tende a caracterizar o espaço costeiro de Niterói em duas macrozonas. A primeira compreende a

parte da orla voltada para a Baía de Guanabara. A segunda, que é a que interessa neste trabalho, abrange a porção do mar voltada para o Oceano Atlântico. Sendo assim subdividida:

A Macrozona II, na unidade VI e VIII ou mais conhecida como Praia de Itaipu e a Lagoa de Itaipu, respectivamente (mapa 2), através da inserção do pesquisador no cotidiano local possibilitou uma perspectiva tanto sobre as atuais condições da pesca artesanal quanto acompanhar a execução de algumas medidas de ordenamento postuladas pelo "Projeto Orla".

Figura 7 - Subdivisão Macrozona II – Região Oceânica Fonte: Dossiê Projeto Orla

O objetivo de realizar esta inserção do Projeto Orla na pesquisa buscou uma compreensão sobre os olhares para uma caracterização do espaço costeiro sob a ótica do planejamento urbano. O mar visto da terra. Desta forma procurei acrescentar outra perspectiva sobre a espacialidade aqui abordada fazendo assim um contraponto entre o espaço planejado e o espaço vivenciado.

Na região da Praia de Itaipu é reconhecido o uso do espaço como moradia,

comercial e de trabalho. No entanto um dos apontamentos de sua caracterização é de uma **urbanização inexistente**. Ora, como pode ser assim? Se o tipo de urbanização existente ali é tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural[1]?

Ali pode-se perceber que há uma urbanização fora dos padrões citadinos, mas destaca-se pela ocupação harmoniosa com a paisagem ali encontrada. Desta maneira, as indagações a serem feitas devem se direcionar no sentido de elaborar um contraponto buscando explicitar estas duas diferentes visões e sob quais parâmetros estão estabelecidas. Já que, para uma existe uma urbanização consolidada e posteriormente, tombada como patrimônio artístico e cultural. Tal tombamento segue uma política que pretende:

> […] garantir a posse da terra a quem de direito, seja do ponto de vista de não permitir a devastação de nossas praias, costões, pontais e ilhas pela especulação imobiliária e turismo predatório, ou questionando a implantação de polos industriais contrários aos interesses coletivos da gente pobre que habita essas localidades (Processo de tombamento do litoral fluminense, Anexo INEPAC).

Estabelece, portanto, que o principal fator para que as praias, os costões, pontais e ilhas estivessem (na época) conservados se devia à presença dos pescadores. E em termos de justiça social, garantir o direito de viverem, trabalharem e se reproduzirem social e culturalmente neste espaço ao grupo responsável pela manutenção deste patrimônio.

Sob a ótica do planejamento urbano tal "ocupação", entretanto, foi vista como caótica, dissonante do restante da paisagem e muitas vezes incluída sob a alcunha pejorativa de "favela". A sinuosidade de suas ruas, as construções geralmente bem próximas umas às outras, compõem um cenário que para quem desconhece a vila dos pescadores de Itaipu faz parecer um labirinto de barracões, bares, restaurantes. A partir

[1]A área protegida denominada Canto Sul da Praia de Itaipu corresponde a um pequeno trecho do litoral do município de Niterói que resistiu ao processo de parcelamento inadequado do solo, cuja ocupação mantém ainda uma relação harmoniosa com a paisagem natural circundante, formada pelo Pontal do Morro das Andorinhas, as Ilhas da Menina, do Pai e da Mãe, o aldeamento de pescadores e o histórico Recolhimento de Santa Teresa.

dessas representações acerca do que é uma urbanização e até mesmo do que as duas perspectivas consideram ser harmônico busco ressaltar as formas que o discurso sobre um lugar se transforma e como leva em consideração o discurso da modernização em detrimento do discurso da tradicionalidade, abordando como formas caóticas de urbanização e deixando em segundo plano características tradicionais da urbanização.

> "Todas essas transformações ocorridas nos últimos trinta anos na praia de Itaipu indicam que as tensões existentes entre interesses coletivos, públicos e privados suscitam processos sucessivos de desconexão forçada dos espaços e recursos da natureza utilizados pelos pescadores. Enquanto o avanço do setor imobiliário e turístico resulta no deslocamento dos pescadores para áreas menos valorizadas e distantes da praia, a poluição marinha, pesquisas sísmicas e a degradação da fauna e flora da lagoa promovem outro tipo de espoliação. Além da perda dos espaços na terra, os pescadores sofrem com o progressivo e contínuo processo de degradação de parte dos territórios marinhos e recursos faunísticos e florísticos conhecidos e utilizados. O poder público não auxilia na manutenção dos espaços históricos dessa população e alguns investimentos públicos como a construção de estradas e rodovias favoreceu muito mais a indústria do lazer e a especulação imobiliária que os pescadores (Costa, 2011: p70).

As simplificações feitas por parte do Estado, para tornar os espaços administráveis, revela-nos perspectivas diversas incidindo sobre o espaço costeiro. De um lado temos uma prática ancorada sob conhecimentos localmente constituídos e de outro propostas modernizadoras de gestão deste espaço externas às realidades locais. Autores como Scott (1998) e Lobão (2010) permitem-nos ampliar a visão sobre como o ideal de "projetismo", ou como o aparato administrativo do Estado ao invés de, promover a autonomização dos cidadãos, considerando as formas locais de administração, traça planos de adequação do uso do espaço que passam a regular as atividades cotidianas. Vimos que a dinâmica do uso da praia de Itaipu, por pescadores se faz através da mobilização em torno dos recursos e, consequentemente, do compartilhamento do espaço. Estes recursos e suas especificidades, como a sazonalidade e o comportamento das espécies permitem uma leitura local das práticas realizada com este intuito.

Por outro lado, vemos de que maneira o Estado torna este espaço legível e administrável de formas que não contemplam a organização local. Scott, nos mostra como esta racionalização procede: através de sua capacidade transformadora impõe um ordenamento da natureza e da sociedade. Pressupondo que existe um ordenamento ético e estético ou formas adequadas de uso do espaço de formas ambientalmente corretas e socialmente tuteladas. A dinâmica da natureza agora se impõe sobre a da sociedade. Considerando que, muitas vezes, a presença humana é vista como incompatíveis para a preservação da natureza, contudo ordenar as práticas

Num depoimento de um dos pescadores da localidade, sobre a presença de tartarugas na praia de Itaipu, revela-se que o discurso de distinção entre as práticas locais e a natureza aparecem de forma combinada: "*Esse tanto de tartarugas que tem em Itaipu é por causa da gente. A gente que alimenta elas*" (pescador local). Refere-se à limpeza do pescado realizada na beira da praia, em que os restos são devolvidos ao mar, servindo de atrativo desta espécie. Outro ponto interessante, pôde ser percebido em uma fala de integrante da equipe que realizou o estudo para o tombamento do Litoral Fluminense: "*Como não se pode tombar as pessoas, o tombamento vêm no sentido de resguardar a localidade através das práticas daqueles que foram responsáveis por sua preservação" (*Equipe INEPAC).

A subregião de Itaipu, contida na região Oceânica do Município de Niterói começa a ser caracterizada através da legislação ora vigente neste município. Trata-se assim de considerar as transformações deste espaço através de uma concepção de Planejamento Urbano que buscamos compreender neste trabalho, que não é só composto de uma perspectiva jurídica, mas também daqueles que operam políticas públicas sobre este espaço peculiar, como também parte da interação do pesquisador, tanto com esses agentes do poder público como também aqueles que convivem com o cotidiano local. O ponto de partida para o que buscamos compreender deu-se através da inserção no local para a realização de um trabalho etnográfico com o intuito de acompanhar o processo político que mobilizou o grupo de pescadores locais no intuito

de implementar uma Reserva Extrativista Marinha. Portanto e a partir da ideia de tentar investigar como a ação dos agentes estatais passam a delinear estratégias de ordenamento, consideradas compatíveis com as características de uma espacialidade específica.

Através do trabalho de campo pude me envolver com a rotina deste lugar e perceber como está em jogo interesses diversos, alguns divergentes e outros conciliatórios. As relações daqueles que cotidianamente convivem em Itaipu são formadas por laços de parentesco e afinidade e até mesmo a falta delas atuam efetivamente. Pois, incide sobre a região de Itaipu uma legislação que define parâmetros de urbanização e ordenamento da ocupação, de utilização. A atuação dos agentes públicos, pois são eles os promotores do público. Consideram até que ponto a perspectiva, por exemplo, dos pescadores artesanais tradicionais que, como veremos mais adiante, vivem ali à várias gerações são levadas em conta ao promover o ordenamento.

Para empenhar tal análise, lanço mão de diferentes instrumentos e contextos políticos que procuraram classificar, qualificar o espaço de Itaipu. Também utilizo do método etnográfico, através da inserção do pesquisador no cotidiano desta localidade buscando a caracterização de Itaipu a partir da perspectiva daqueles que, em Itaipu, mantêm laços de convivialidade marcados pela experiência de ser de ou estar em Itaipu.

A princípio, apresento a caracterização desenvolvida no PUR, do município de Niterói, que dispõem características da subregião de Itaipu a partir de suas particularidades.

Começo pela Vila de pescadores. Caracterizada como Área de Especial Interesse Social. Encontramos no Plano Diretor do Município de Niterói: Título II, Capítulo II. Que dispõem sobre as Áreas de Especial Interesse.

> Art. 23 - As Áreas de Especial Interesse são instrumentos da política urbana e ambiental e caracterizam-se por um interesse público definido, sendo classificadas nas seguintes categorias:

> I - Interesse Social:
> a) Área de Especial Interesse Social, aquela que apresenta:
> 1) terreno público ou particular ocupado por favela ou conjunto habitacional de população de baixa renda ou outras formas de sub-habitação, onde se pretende promover a urbanização e regularização jurídica da posse de terra;
> 2) loteamento irregular, onde haja interesse público na promoção da regularização jurídica do parcelamento, da complementação da infraestrutura urbana ou dos equipamentos comunitários;
> 3) terreno não edificado, subutilizado ou não utilizado necessário à implantação de programas habitacionais para população de baixa renda, cabendo aplicação dos Artigos 156 e 182 da Constituição Federal.

A princípio pode-se notar que tais áreas são caracterizadas por um tipo de habitação, que caracterizado como uma favela desponta como uma preocupação das autoridades municipais, no intuito de uma provável regularização da ocupação e uso do solo. Outra classificação se dirige à Vila dos pescadores locais, localizada no Canto Sul da Praia de Itaipu. Contata-se tanto o interesse urbanístico, ambiental e econômico na localidade como o interesse ambiental. Podemos problematizar tal questão evidenciando como distintos interesses podem/devem se combinar na elaboração de políticas públicas destinadas aquele espaço. No mesmo capítulo, anteriormente citado encontramos a segunda afetação, em âmbito municipal, sobre a localidade, quando dispõem sobre uma Área de Especial Interesse Econômico, assim definida:

> c) Área de Especial Interesse Pesqueiro, aquela onde há interesse público de preservar as atividades de pesca profissional e aquelas necessárias à preservação das espécies pesqueiras, bem como as de apoio às atividades de pesca;
> d) Área de Especial Interesse Econômico, aquela onde há interesse em preservar, implantar e incentivar alguma outra atividade econômica definida.

Desta maneira, tal localidade traz consigo afetações legais que tentam combinar numa perspectiva urbana os interesses sociais, econômicos e ambientais.

O segundo eixo de análise proposto por Scott neste sentido se dá por base em uma confiança na ciência e na capacidade técnica de promover o desenvolvimento e aumentar a produtividade através de um desenho racional de uma ordem social

comensurável. Vemos, o progresso está diretamente atrelado à práticas otimizadoras da produção, diferindo da lógica local de uma produção artesanal. Pode-se dizer que o modelo proposto como forma de desenvolvimento une a fé em práticas científicas e interesses do mercado.

Outra característica da fórmula modernizante do Estado se dá através da ideia de que estas políticas de governo são monológicas, ou seja, não dialogam com a realidade local e o que se convém a chamar de "sociedade civil organizada" se manifesta dentro de uma lógica impositiva, onde poucos tem voz. Sendo assim a descentralização proposta como paradigmática do ordenamento fica invalidada, uma vez que já se dispõe de um planejamento e basta ao público se adequar às práticas previamente determinadas. As dinâmicas, práticas e saberes locais se veem cada vez mais formalizadas por um processo racional excludente.

2.4 - A COLÔNIA Z-7, A ALPAPI E LIDERANÇAS LOCAIS.

A história de ocupação do litoral brasileiro pode ser relacionada diretamente à presença do Estado e de seu caráter tutelar das relações no espaço costeiro. Num primeiro momento os índios ocupavam a costa nacional e, posteriormente, foi ocupado pelo negro liberto e as praias foram ganhando importância como garantia de sustento de muitos.

As ações para tutelar o pescador artesanal se deram no início do século XIX quando, em 1811, fora determinado um código de posturas para os jangadeiros no Ceará. Em 1816, no Recife fora determinada uma limitação do tamanho das malhas para a pescaria de arrasto, sendo que mais tarde houve uma tentativa de impedir a continuação desta prática. No ano de 1845 foi aprovada a lei que criou e regulamentou a criação da "Capitania dos Portos" filiando compulsoriamente os pescadores como uma

força militar de reserva. Em 1846 o regulamento aprovado pelo Ministério da Marinha instituiu que cada Capitania seria dividida em distritos e cada distrito foi entregue a um capataz. Surgiram as "capatazias" de pescadores.

No período republicano através da Lei 2.544/12 foram criadas as Colônias de Pesca subordinadas ao Ministério da Agricultura. A Marinha retomou sua tutela em 1920 pelo Decreto 14.086, e o controle das entidades fica a cargo do Capitão Frederico Villar que, através de suas missões colonizadoras criou mais de mil colônias no litoral (PESSANHA, 2003).

Em 1942, as colônias voltaram para a responsabilidade do Ministério da Marinha até em 1950 se fixaram na jurisdição do Ministério da Agricultura, como aponta Lobão (2011). Neste período foi constituído o sistema hierárquico das organizações dos pescadores em um sistema confederativo (colônias locais, federações estaduais, confederação nacional) definindo estatutos padronizados para todas as colônias de pesca.

As estratégias para manter a filiação dos pescadores à colônia foram diversas. Até a década de 80, o documento obrigatório para o exercício da atividade da pesca profissional era a matrícula correspondente, fornecida pela Capitania dos Portos. Além deste documento o pescador deveria estar filiado a uma Colônia e, consequentemente, a uma federação e à confederação, além de estar registrado na Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – Sudepe –, para poder exercer a atividade profissional da pesca.

Com a equivalência dos pescadores artesanais aos trabalhadores rurais, com o objetivo de obtenção de benefício de aposentadoria especial, cresceu a vinculação às Colônias, pois estas eram as entidades autorizadas a fornecer a documentação necessária (Pessanha, 2003). Em meados da década de 1980 começaram algumas reações contra a tutela por parte do Estado, como as "Associações Livres de Pescadores", incentivadas por Frei Alfredo Schnüettgen, Secretário Geral da Pastoral da Pesca no Brasil, à época.

E em 1988, através da Constituição, finalmente, acabaram qualquer tipo de filiação compulsória.

No entanto, outras formas vieram a manter estruturado o sistema que mantinha os pescadores vinculados às colônias. Através da relação de dependência dos filiados às colônias e da constituição desta como a forma representativa que possibilitava aos pescadores alguns benefícios, tais como o auxílio-defeso, redução de impostos sobre o óleo diesel. Enfim, ficou a cargo das colônias de pesca todo o papel de mediação com os órgãos estatais.

Surgindo um novo padrão de tutela, que privilegia uma forma de representatividade cada vez mais seletiva, onde poucos detêm a linguagem para se comunicar com o mundo oficial:

> "Os novos capatazes são aqueles que mantêm o jugo pela relação com os senhores através da comunicação exclusiva e do conhecimento privilegiado. Entre os tutelados distingue-se, entretanto, um tipo especial de pescador. Um pescador que mantém laços estreitos com o espaço onde exerce sua pescaria, que se difere de outros por seus petrechos, por sua forma associativa de trabalho, pelo papel que sua pescaria exerce nas relações sociais locais. São os pescadores artesanais da beira da praia (KANT DE LIMA et al., 2007).

Neste breve histórico sobre a ocupação do litoral brasileiro pelas populações de pescadores artesanais e da ações empreendidas pelo Estado, percebemos a caracterização, num primeiro momento da importância deste espaço para a defesa do território nacional. Também podemos perceber uma certa oscilação sobre a competência na administração deste território.

A colônia de pescadores Z-7, fora fundada em Itaipu em meados da década de 1920, seguindo o mesmo padrão de tutela, onde seriam a única representação legítima

dos pescadores filiados a ela. Mais tarde, com a proibição da filiação compulsória às colônias de pesca e com o surgimento das Associações Livres, pôde ser possível questionar a forma organizativa imposta pelo Estado. No entanto, tal questão ainda perdura, uma vez que, as colônias de pesca ficam responsáveis por fazer uma interlocução com os órgãos oficiais. Obtendo assim, benefícios para os pescadores, tais como o auxílio defeso.

Em Itaipu a disputa entre a Colônia de Pesca (Z-7) e a Associação Livre dos Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu, se deu com a intervenção do ex-presidente da Colônia, no ano de 2000. Desta intervenção, surge esta disputa, uma vez que fora designado como interventor uma pessoa "de fora", alguns pescadores não concordaram com este acontecimento. Desde então, a direção da colônia continua a mesma, alternando ora um membro ora outro, mesmo assim vinculado à mesma posição política. A voz da colônia de pescadores de Itaipu, por vezes se cala diante de alguns acontecimentos e outras vezes mostra-se efetiva no sentido de angariar apoio político através de uma troca de benefícios com os pescadores locais. A atual administração da colônia, por vezes se mostrou contrária à construção de uma Reserva Extrativista Marinha em Itaipu, tentando deslegitimar o processo de discussão, anunciando que não existe um consenso sobre esta vontade, esta teria partido principalmente do grupo de oposição.

3 PESCADORES ARTESANAIS E A LUTA POR RECONHECIMENTO

Veremos então, como se deu o surgimento de mecanismos que possibilitaram o reconhecimento de direitos baseados na diversidade étnica e cultural. Ao expor os conflitos envolvendo diferentes representações do tempo e do espaço, e ao traçar como objetivo deste capítulo como são instituídas juridicamente, questões relativas a identidades dos grupos tradicionais e os usos do espaço que, como vimos, estas relações transcendem ao território físico e são definidos pelas formas em que são representados, valorados e preenchidos pelos grupos que deles se utilizam. Portanto, ao ressaltar como estas questões são abordadas pela legislação brasileira, busco compreender como que grupos acionam estes mecanismos em prol de uma igualdade comum num contexto multicultural em que as diferenças são marcantes.

A constituição de 1988 foi assim um importante marco de garantia de direitos aos "grupos portadores de identidades específicas e que cabe ao direito assegurar-lhes o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico" (PEREIRA, 2007). Os atos normativos que se deram a partir deste reconhecimento da diversidade cultural de grupos identitários diferenciados vieram no sentido de, reforçar e promover a garantia de cidadania e, consequentemente, de direitos a todos os cidadãos de forma igualitária. Porém, sendo estes grupos portadores de identidades diferenciadas abarcadas por um sentido de igualdade que pode desafiar o estabelecimento desta mesma. Sendo este desafio: Como estabelecer a igualdade entre os cidadãos, considerando a diversidade dos grupos reconhecidamente diferentes? É possível pensar a igualdade pela diferença?

Acredito que este debate seja relevante e imprescindível para entendermos como se estrutura nossa sociedade. Uma vez que este reconhecimento implica principalmente na garantia de direitos aos cidadãos em suas demandas variadas e nos levam a diversos

sentidos de como tal igualdade pode vir a ser assegurada. Assim a questão das identidades está posta, considerando que, a partir de demandas específicas dos grupos culturais, procuram inclusão na categoria de cidadãos. A questão identitária que perpassa esta discussão evidencia tanto o caráter pluriétnico no qual se conforma nossa sociedade como também nos revela que a via igualitária aponta para sentidos diversos deste ideal. Grupos tradicionais, que ocupam uma posição inferior em nossa sociedade se veem diante do desafio de acionarem dispositivos que evidenciam sua diferença cultural e que tais diferenças sejam reconhecidas como formas que contrastam dos demais segmentos da sociedade, mas que não se equiparam, quando se vê que a cada identidade, diante num quadro de desigualdade, é atribuído certo valor. No entanto, veremos as implicações de uma transformação na sociedade da ideia de honra em dignidade para a concepção de um ideal de cidadania.

O problema da identidade se coloca a partir do reconhecimento errôneo dos grupos tradicionais, pautando inclusive as políticas públicas destinadas a essas populações. Sendo assim, a busca por reconhecimento gera uma tensão moral uma vez que acionada politicamente busca por uma dignidade comum.

A luta pelo reconhecimento perpassa pela questão das identidades, sendo que o reconhecimento do potencial humano universal, sua dignidade intrínseca coloca em foco as tensões acerca das diferenças e das reivindicações por demandas que privilegiem os ideais democráticos de liberdade e igualdade (HONNETH, 2003). Ainda se tratando do reconhecimento, tal discussão nem sempre foi possível uma vez que o problema das identidades não estava posto, pois, a forte hierarquia que marcava a organização social baseava-se na honra, diferenciando assim, os que a tinham e os que não poderiam se beneficiar das vantagens que ela proporcionava. O que permitiu que o paradigma do reconhecimento viesse à tona foi o colapso dessas hierarquias, surgindo então um ideal de autenticidade intrínseca aos humanos valorados nos níveis individual e coletivo (TAYLOR, 2000).

A proposta de Charles Taylor, ao analisar o caso canadense, mais

especificamente do reconhecimento do uso da língua francesa por um grupo minoritário diante de uma maioria de língua inglesa, evidencia duas concepções do alcance de uma dignidade comum, uma baseada em uma ideia que destaca o valor igualitário da língua francesa em relação à língua inglesa. Sendo que a outra concepção é que teríamos formas de alcance de uma dignidade comum pautadas pela *desigualdade de status entre os cidadãos* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011).

Procuro concentrar na segunda concepção, em que o reconhecimento de que a desigualdade característica da sociedade brasileira é paradigmática da maneira de diferenciar o cidadão através de políticas públicas que tem como escopo o estabelecimento de igualdades. Aproveitando a temática sobre a implementação de Reserva Extrativistas no Brasil, procuro evidenciar de que maneira esta política pública específica dialoga com a questão de acesso à direitos por populações tradicionais, mais especificamente pescadores artesanais profissionais.

A promulgação, em fevereiro de 2007, do Decreto 6.040 que cria a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos ou Comunidades Tradicionais estabelece:

> I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
>
> II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e
>
> III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. (Decreto 6.040, art. 3º, incisos I, II e III).

Como fora identificado no Decreto 6.040, formas culturais diferenciadas que tem uma relação particular com o território tradicionalmente ocupado e que produzem um conhecimento específico sobre as formas de apropriação dos recursos seriam assim "contempladas". A categoria de pescadores tradicionais artesanais profissionais é abarcada por este decreto, instituindo assim, legalmente o reconhecimento das diferenças e como estas devem promover a estes grupos específicos, por uma norma pautada pela igualdade entre os indivíduos se caracterizando por um mecanismo diferenciado de promoção de igualdades.

A questão da tradicionalidade destes grupos, como procurei mostrar no caso do "Canto" de Itaipu, mostra-se emblemático para a problematização de tal conceito. O processo social de transformações que se impuseram sobre pescadores de Itaipu, fez com que este grupo buscasse estratégias de resiliência que possibilitaram a permanência de alguns em seus locais originários. A atividade complementar no comércio, como também a adequação ao tempo da pesca em Itaipu promoveu entre eles uma série de ressignificações do espaço e do tempo corroborando para uma percepção alternativa orientada para a apropriação dos recursos por uma prática tradicional.

A identidade do pescador artesanal então pôde ser reatualizada considerando as transformações que se impõe sobre esses grupos, possibilitando aos grupos tradicionais lançar mão de argumentos em favor de uma identidade tensionada pelas polarizações entre o tradicional/moderno, pesca artesanal/pesca industrial, sustentabilidade/utilitarismo, pautando assim por regimes de identidade e regimes de propriedade que levam em conta as constantes ressignificações atribuídas à forma de manejo dos recursos naturais. Vale destacar, como atributo constitutivo desta identidade, o saber localmente construído e a relação simétrica, teoricamente estabelecida por Claude Lévi-Strauss, no Pensamento Selvagem em que uma ciência do concreto, um saber empiricamente construído não deixa de ser menos ciência em relação ao conhecimento produzido nas academias, laboratórios e centros de pesquisa (LÉVI-STRAUSS, 1970). Ao contrário deve ser analisado de forma simétrica, pois são estes

que vão definir o conjunto de práticas e regras que orientarão o plano de manejo de uma Reserva Extrativista Marinha. O desafio para tais políticas públicas que se destinam a ordenar e gerir o espaço costeiro demandam um conhecimento tanto das formas de apropriação e uso do lugar, de um saber localmente constituído. Tal conhecimento possibilita uma intervenção de acordo com a vocação que o "Canto" de Itaipu apresenta a partir daquilo que os pescadores, moradores, comerciantes apontaram como elementos de identidade.

3.1 - ENTRE O RECONHECIMENTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas direcionadas aos grupos tradicionais produzem efeitos diversos que, podem sem dúvida acirrar as disputas entre os diferentes agentes, tornando possível explicitar quais são os argumentos que sustentam estas divergências ou ainda evidenciar diferentes concepções acerca de como uma política pública é representada num contexto específico. O espaço público e os pescadores artesanais são foco da política pública das Reservas Extrativistas Marinhas. Considerando as particularidades da esfera pública brasileira, no que diz respeito ao seu caráter hierárquico, predomina, na maioria das vezes, a apropriação destes recursos e territórios de forma particularizada e desigual. Assim, o espaço público brasileiro apresenta uma forma excludente e traz consigo elementos de distintividade entre os cidadãos, incidindo sobre as formas como as políticas públicas serão executadas, tendo em vista os diversos interesses em jogo. A concepção do que é público no Brasil mostra-se distinta quando comparada com a concepção anglo americana ou francesa:

> […] nossa tradição burocrático jurídico-política tem identificado

> sistematicamente, a categoria 'público' com assuntos relacionados ao Estado, ou ao Governo, instituição que costumamos representar como distinta da sociedade e dos cidadãos. Desse ponto de vista, falar em políticas públicas, instituições públicas e ordem pública provoca, na maioria das vezes, uma sensação de distanciamento e estranhamento, em especial aqueles que não se sentem integrados ao Estado de forma orgânica e institucional. Por outro lado também induz naqueles que, contrariamente, se julgam como pertencentes à esfera estatal, uma sensação de propriedade sobre essas esferas públicas, que inclui a administração e a apropriação particularizada de recursos existentes na esfera estatal" (KANT DE LIMA, MOTA, PIRES, 2005; p.38).

Uma prática recorrente sobre as políticas públicas que se destina aos grupos tradicionais é o seu caráter tutelar que não reconhece as regras produzidas localmente como legítimas de serem aplicadas. Esta característica normativa é paradigmática na implementação das políticas públicas, pois cria brechas que permitem aos agentes envolvidos argumentar que uma Reserva Extrativista Marinha é um privilégio concedido aos pescadores ou ainda pode levar a uma ideia de que uma Reserva é sinônimo de imposições restritivas, desconsiderando tanto o saber localmente produzido como a autonomia dos atores em gerir os recursos de que se apropriam.

A perspectiva de Mary Douglas sugere que as instituições criam novas realidades que padronizam as relações entre estas e os indivíduos as quais pretendem exercer algum tipo de controle (DOUGLAS, 2007). Podemos delinear assim, como fora proposto como objetivo desta pesquisa, a análise das diferentes percepções acerca dos conflitos envolvendo os pescadores artesanais e quais os argumentos que permitem os atores envolvidos justificarem suas perspectivas acerca deste conflito. Uma vez que existe um projeto de uma Reserva Extrativista na região aqui apresentada, quais são as representações destes atores sobre essa política específica?

Cabe ressaltar que estes mecanismos, como as Unidades de Conservação do tipo Reserva Extrativista, vem então destacar um duplo sentido às demandas locais por este tipo de ordenamento. Tanto se apresenta, como uma forma de gestão do espaço público como também servem como mecanismos de acesso à direitos e reconhecimento a partir de identidades diferenciadas. O histórico sobre as formas de "tutela" instituídas pelo

Estado no sentido de produzir restrições ou adequações do uso no espaço costeiro apontam para diferentes sentidos ao qual fora tomado o espaço costeiro e o papel daqueles que ocupam e atribuem sentido a este lugar. No entanto, as políticas voltadas ao meio ambiente ganham um contorno, num contexto, democrático e multicultural, de formas legais de preservar tanto o patrimônio natural, do avanço de processos de urbanização, com interesses particulares, vide especulação imobiliária, como também constituem vias de reivindicações de direitos que em outro contexto estavam suprimidos.

As questões identitárias aqui abordadas no sentido do reconhecimento, este diferencia-se da luta pela autoafirmação, uma vez que esta, comporta uma demanda particularista. Ao contrário o reconhecimento é uma categoria acionada politicamente em prol de uma dignidade comum (HONNETH, 2003). Sendo assim, a política pública das Reservas Extrativistas Marinhas em sua concepção democrática e seu objetivo de traçar os parâmetros sustentáveis de uso dos recursos pesqueiros, pode se constituir um mecanismo que combine, na perspectiva de Nancy Fraser, redistribuição e reconhecimento permitindo o acesso, na concepção da autora, à justiça social, esta possivelmente, alcançada pelo reconhecimento das diferenças como um mecanismo de equilíbrio entre os agentes. (FRASER, 2005). Com isso ressalta a importância de um ideal de Justiça que se pretende universal e que combinem as questões do reconhecimento com as demandas redistributivas na sociedade.

Para a consolidação de uma Reserva Marinha Extrativista devem ser levada em conta a existência de um 'saber sustentável', quais são os sentidos e as representações que os grupos locais construíram ao longo do tempo. Isso permitirá análise deste conflito comparando as diferentes percepções divergentes sobre esta política pública.

3.2 - PESCADORES **DE** ITAIPU, PESCADORES EM ITAIPU.

A demanda pela implementação de uma Reserva Extrativista Marinha em Itaipu/Itacoatiara/Piratininga data de meados de 1998, quando o então presidente da Colônia de Pescadores Z-7 e da ALPAPI, Jorge Nunes de Souza (Seu Chico) requereu tal política pública com o intuito de proteger o pescador artesanal **de** Itaipu. Assim cabe-nos descrever quais são os elementos que o grupo interno lança mão para qualificar quem em Itaipu é pescador "de fato e de direito".

A categorização de pescadores de Itaipu segue uma lógica expressa principalmente no conhecimento sobre o que constitui o "Canto" de Itaipu como *lugar*. E sendo assim, ser **de** Itaipu antes de tudo é partilhar minimamente da dinâmica que caracteriza tanto a localidade como aqueles que se dizem dali. A apreensão de uma dinâmica interna é que permite a percepção dos indivíduos como de dentro ou de fora. Num primeiro momento, o "acordo entre cavalheiros" expressou a forma de apropriação dos recursos e a mobilização, pelo trabalho como a forma cavalheira de partilhar os bens disponíveis, sendo que aqueles que não se orientassem por essa lógica sofriam repreensão que definiria sua posição externa ao grupo. O cavalheiro seria o que ao compactuar do "direito à vez" se dispusesse a obedecer ao conjunto de regras conciliatórias de apropriação temporária do espaço-tempo e de divisão do recurso. Este seria o pescador **de** Itaipu. Agora, o "safado", o que burla um "acordo de cavalheiros" se veria fora daquele grupo e não poderia junto aos cavalheiros partilhar das mesmas regras. O "direito à vez" mostra-se além uma regra interna de divisão dos bens como também evidencia um dispositivo seletivo daqueles que podem ou não vir a se integrar no grupo.

A existência hoje das regras internas de apropriação do espaço e do recurso advém do "direito à vez". Como ouvi durante o arrasto, que àquela hora em que era praticada a puxada era a vez daquela companha de usufruir do espaço necessário. Durante a estada no "Canto" de Itaipu, os principais portos para a prática do arrasto de

praia compreende dois pontos, mais utilizados, sendo que apenas duas companhas praticam esta modalidade o acerto fica facilitado, ou seja, quando uma companha faz o arrasto no "Porto Pequeno" o outro se dirige ao "Porto Grande", podendo ao final do "lanço" ser revezado.

Um fato que trouxe à tona este discurso sobre quem é de Itaipu e quem está, se deu a partir de uma ação realizada pela Secretaria de Segurança e Controle Urbano, pela Regional de Itaipu, Fundação Municipal de Saúde, Centro de Controle de Zoonoses, Clin, além de quatro associações locais – a de moradores, a de quiosqueiros, a de comerciantes e da Colônia Z-7. O alvo desta ação seria os barcos dispostos na faixa de areia. Da parte da colônia esta ação teria o propósito de beneficiar os pescadores **de** Itaipu, retirando dali os barcos que não tinham o registro junto à colônia. Ouvi muitas reclamações dos pescadores que em outros tempos a colônia fora condescendente com a entrada de pescadores de fora. Diz-se que era possível construir uma embarcação na própria areia e vender a "pescaria" (conjunto de petrechos essenciais à pesca) ali mesmo.

Este fato, essa ausência de controle da entrada de outros pescadores acarretou uma situação que além de evidenciar um desordenamento na faixa de areia, mostrava como a intrusão de outros pescadores em Itaipu com interesses divergentes do grupo estabelecido ali. Interessante notar que o mesmo fato é justificado de diferentes formas. Pela ACOMPI, a retirada dos barcos seria uma grande conquista desta associação, pois o verão estava chegando e o aumento do tamanho da faixa de areia possibilitaria um maior retorno aos comerciantes, que alegavam que as embarcações velhas atraíam mosquitos da dengue, pois acumulavam água no seu interior e também mendigos que as usavam como abrigo. Para os pescadores, com todos que pude conversar sobre este assunto, me disseram que seria uma medida que possibilitaria ao pescador de "fato e de direito" **de** Itaipu dispor na faixa de areia sua embarcação.

Podemos perceber assim que em Itaipu a convivência dessas diferentes vozes que tornam possível a pluralidade de significados e que permite a apropriação dos lugares de

forma temporária pelos divergentes segmentos ali instalados. Esta pluralidade de vozes quando ganham os espaços de tomadas de decisão, seja sob a forma, pensada pelo Estado, de descentralização da gestão dos espaços costeiros, como uma representatividade interna, falando para dentro do grupo, ou externa em diálogo com as políticas públicas, evidenciando uma capacidade de internalizar um vocabulário que dá legitimidade de "dizer em nome de" um grupo local e "sobre o" lugar, porém muitas vezes não "para o" grupo local.

As medidas assim tomadas com o intuito de ordenar a ocupação e a disposição dos barcos aparece como uma forma de compartilhar numa perspectiva plural os interesses tantos dos pescadores e comerciantes. A mesma lógica usada pelos pescadores para definir quem é de Itaipu e quem está em Itaipu se reproduz entre os comerciantes, considerando que uma parte deles foi ou ainda é pescador.

Outro ponto importante é que diante da calmaria de suas águas a Praia de Itaipu atrai muitas embarcações para estacionarem outras "de fora" vêm à Itaipu para pescar iscas para pescarias embarcadas e também no horizonte vê-se plataformas de petróleo fundeadas entre as Ilhas do Pai e da Mãe. E nos fins de semana inúmeros barcos vindos do Rio de Janeiro também ancoram ali.

Dentre os ordenamentos possíveis para o "Canto" de Itaipu, a proposta de construção de uma Reserva Extrativista Marinha em Itaipu, seria um importante mecanismo de promoção da pesca e de proteção do meio ambiente, além disso, seria o reconhecimento da importância daquele conhecimento local na gestão do território costeiro. Sendo o compartilhamento deste conhecimento local pautado por princípios éticos que regem a apropriação temporária do espaços e dos recursos.

4 MULTIVOCALIDADES SOBRE O ESPAÇO

Neste capítulo apresento uma discussão combinando estes diferentes olhares sobre o espaço costeiro dando ênfase à pluralidade de discursos que incidem sobre o espaço costeiro de Itaipu. Para uma resposta, cabe-nos colocar os atores envolvidos no lugar para compreender em que posição suas palavras são ditas e a quem direciona o ordenamento e a formalização das relações de trabalho, seja no mar ou na faixa de areia.

4.1 A MULTITERRITORIALIDADE E A DINÂMICA DO USO DO ESPAÇO COSTEIRO

Após reunir alguns dos discursos possíveis para compor uma espacialidade a partir de seus múltiplos usos procuro demonstrar nesse tópico como tais perspectivas contribuem para esta concepção plural sobre um mesmo local. Ou seja, as representações dos atores sobre uma localidade é variável a partir de suas experiências, como também de seus interesses, convicções e suas ações nesta localidade. Antes de combinar, se possível, tais perspectivas vou abordá-las separadamente a partir das dinâmicas internas de cada grupo específico. No tópico seguinte procuro relacioná-las o que permite expor tanto a dinâmica da praia de forma geral, como também a visão conflitiva dentro dessas dinâmicas a partir da apropriação deste espaço.

Antes, ressalto que estas diferentes maneiras de se representar a praia de Itaipu a partir de seus usos, não impede que as pessoas que convivem ali, tornem-se necessariamente inimigas, pelo contrário, das vezes que pude participar das reuniões que viriam a expor problemas de Itaipu, a mesa era composta por pescadores, comerciantes, moradores e pesquisadores. Ao caracterizar as pessoas como de Itaipu, considero que ter uma história de vivência na localidade e exatamente ter essa visão

múltipla da dinâmica da praia, como também certa interdependência entre estas atividades garantem aos de Itaipu sua permanência ali. Refiro-me a aqui à importância da atividade da pesca para o local, uma vez que se no "Canto" de Itaipu não houvesse a princípio uma prática ancorada na tradição, o que foi crucial para o tombamento da localidade pelo INEPAC, garantindo assim o acesso dos pescadores à praia e aos recursos, provavelmente as pessoas de Itaipu seriam substituídas por pessoas em Itaipu. A urbanização e apropriação destes espaços por residências de alto padrão já teria tomado o espaço, afastando dali tanto pescadores como comerciantes.

Outro ponto importante, é que muitos dos comerciantes de Itaipu foram ou são pescadores. Considerando que num certo momento a atividade comercial, foi uma das estratégias de complementar a renda por parte dos pescadores. Dentre os comerciantes, um que não foi pescador de Itaipu, possui um barco e algumas vezes se aventura na pescaria, provavelmente também como uma estratégia lucrativa, considerando o valor em que o peixe é negociado nos restaurantes e bares dali.

As dinâmicas do uso da praia tem como partida a pescaria. Esta dando início na parte da madrugada podendo ocorrer até às 10h da manhã. O espaço da faixa de areia, portanto é utilizado num primeiro momento por pescadores. A partir do momento que se tem uma previsão sobre as condições climáticas que possibilitarão a ida dos banhistas à praia é que esta toma a forma de espaço de lazer para os banhistas e de trabalho para os comerciantes, que dispõem cadeiras e guarda-sóis na faixa de areia destinado a esta prática, cada comerciante traça limites entre os espaços dos comércios posicionando suas cadeiras, geralmente de cores diferentes e com o nome do bar a qual pertence marcado em seus materiais.

O "Canto" de Itaipu possui uma faixa de areia relativamente pequena e a ocupação desta pelos comerciantes se dá principalmente, na parte à esquerda da colônia, em frente à vila dos pescadores. Do outro lado da colônia faz-se uma separação nítida, por parte dos comerciantes, do perfil dos frequentadores da praia. O preço dos produtos a serem consumidos faz com que essa seleção da clientela reafirme os laços de

proximidade entre clientes e comerciantes de um lado e afasta um tipo de frequentador estereotipado identificado na maioria das vezes como “gente de São Gonçalo”. Uma vez que quem vai à praia e prefere ficar no lado dos comerciantes de Itaipu, tem seus laços reforçados pelas relações de amizade desconsiderando o preço a ser pago pelo que se consome. Do lado de lá da colônia, os banhistas são considerados pelos comerciantes como baderneiros e também são enquadrados em práticas imorais. Uma das reivindicações da Associação dos Comerciantes de Itaipu (ACOMPI) visava mesmo ordenar a ocupação deste espaço que restaure a idoneidade moral abalada pelos frequentadores da outra parte da praia.

Percebemos através desta dinâmica que existem zonas de fricção espaciais e temporais, umas conflituosas, alvo de preconceitos, porém não impedem a convivialidade dentre frequentadores, comerciantes e pescadores. Entender quais são esses limites espaciais e temporais as quais são atribuídas a cada espaço, pode ser pensado como um fator, antes seletivo, mas também ordenador do compartilhamento desta espacialidade.

Na pesca, principalmente na de arrasto, que é a modalidade que ocupa a faixa de areia, vemos 2 pontos principais de pesca. O Porto Grande e o Porto Pequeno, esta divisão é feita pelos pescadores. Considerando que, atualmente, somente duas companhas fazem uso desta prática a regulação da mesma é acordada entre os mestres que, enquanto um faz um “lanço” no Porto Pequeno o outro utiliza o “Porto Grande” e dependendo do número de “lanços” programado pelo mestre naquele dia, pode ser feito um revezamento. Faz-se um lanço num dos portos e depois em outro. Estes portos são separados fisicamente pela existência de uma “laje” um bloco de pedras localizado entre os dois portos. Não é possível fazer um lanço neste espaço, pois a rede sofreria danos, sendo assim na “laje” é realizada a cata de mariscos.

A multiterritorialidade assim definida segue regras de apropriação temporária destes espaços. A faixa de areia ocupada pelos pescadores pela madrugada e manhã passa para os comerciantes da manhã até à tarde, quando o movimento começa a

diminuir. Pescadores-comerciantes, após o arrasto diversificam sua atividade, se pela madrugada e manhã se dedicam à pesca. Depois de cessada, começam a dispor suas cadeiras e mesas para o atendimento dos clientes. Desta forma a divisão do mar se dá entre os pescadores num primeiro momento, e posteriormente quando a manhã se aproxima a faixa de areia é dividida entre pescadores e/ou comerciantes.

Um fato emblemático do ordenamento reivindicado tanto por pescadores e comerciantes de Itaipu se deu na desocupação dos barcos dispostos na faixa de areia. Tal ordenamento, ou seja, a retirada dos barcos da faixa de areia serviria tanto aos comerciantes que poderiam contar com uma faixa de areia relativamente maior enquanto que aos pescadores seria como uma forma de estabelecer quem de fato e de direito é pescador dali. Não foi, portanto uma ação direta contra pescadores, mas uma forma de delimitação tanto do espaço como do direito daqueles que o detém. Este acontecimento exigiu dos pescadores que comprovassem seu interesse como pescador de Itaipu, fazendo com que eles renovassem o cadastramento profissional como também o cadastro de seu barco perante a Capitania dos Portos. Aqueles que não estivessem regularizados teriam seus barcos retirados. O ordenamento da orla de Itaipu passa primeiramente por saber quem é o legítimo pescador de Itaipu ou como os comerciantes gostam de dizer: “pescador de fato e de direito”. Isso foi apontado como uma das principais conquistas da ACOMPI.

As representações sobre a orla aparecem no discurso dos interlocutores de forma indireta. Este espaço é caracterizado de acordo com a direção dos interesses em jogo. Por exemplo, os comerciantes querem que o espaço seja limpo, moralmente idôneo, seguro e ambientalmente correto e que as regras, mesmo que seja a disposição das cadeiras na praia, sejam elaboradas da forma que pensam que a disposição deste sirva melhor aos interesses em jogo e mesmo que estes sejam divergentes não impedem, obviamente, a convivialidade entre os que, de alguma forma, dependem deste espaço.

4.2 IDENTIDADES, PODER E CONFLITOS.

No entanto, podemos definir os limites entre estes espaços ocupados pelos atores e como conciliam os usos e a temporalidade contida no processo de apropriação temporária. Ao buscar delinear o que seria o pertencimento à Itaipu, atribuindo a este o conhecimento das regras internas e a dinâmica espacial e temporal localmente constituída, compondo a identidade de quem se inscreve dentro do grupo. Por um lado, as regras de divisão e apropriação do espaço e do tempo em Itaipu, podemos perceber como no caso da retirada das embarcações conciliou interesses principalmente de pescadores e comerciantes, favorecendo internamente e diferentemente cada demanda. A conquista, ressaltada pela ACOMPI, deu-se com a preocupação de um ordenamento que os favoreceria comercialmente, já para os pescadores esta ação veio a dar direitos a quem de fato os detém.

Na reunião realizada no dia 05/08/2012, teve como propósito retomar a discussão para a construção de uma Unidade de Conservação, do tipo Reserva Extrativista Marinha, como consta no projeto inicial englobaria uma área ainda não delimitada, das praias de Itaipu, Itacoatiara e Piratininga.

A reabertura das discussões, esta foi a quarta vez em que foi feita, pôde evidenciar um tanto das posições que compõem as multivocalidades do espaço de Itaipu. Mesmo na disposição física dos grupos já era possível fazer uma distinção destes. Foi feito um círculo com cadeiras e cada grupo foi ocupando seu espaço. Estavam presentes, membros do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), representantes da Fundação Instituto da Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), associados da Colônia de Pescadores Z-7 (Itaipu), da Colônia Z-8, da região central de Niterói. Assim como, representantes da Universidade Federal Fluminense, Associação de Moradores da Praia de Itaipu, da ALPAPI e da ACOMPI.

Logo no início da reunião o presidente da ALPAPI discorreu sobre os objetivos

de uma Reserva Extrativista, apontado principalmente como uma forma de conter a urbanização irregular e especulação imobiliária na região, sendo que isso seria um fator principal que afastaria mais ainda os pescadores locais. Então, o objetivo também seria a proteção do pescador artesanal.

Dito isto, os representantes da colônia de pesca Z-8, que foram trazidos àquela reunião pelo chamado de um associado da colônia Z-7, pescador de mergulho e morador de Itaipu. Este grupo estava bastante incomodado com a ideia da RESEX-Mar em Itaipu, pois tinham para eles, que o significado de uma reserva é proibição e uma vez que já foram proibidos de pescar mexilhão em inúmeras localidades e acabaram vindo à procura do recurso nas ilhas de Itaipu. Portanto, queria ser inseridos na discussão por também dependerem daquele espaço para seu trabalho. Mas, pareciam que vieram ali com um posicionamento já antes definido, a princípio estavam contra. Por intermédio da representante do INEA e da UFF, ao explicitar que as regras vigentes, caso seja, estabelecida uma RESEX em Itaipu seria posteriormente definidas pelos próprios interessados. Sendo o objetivo daquela reunião somente consultar os interessados se há um consenso de que deva ser reaberto o processo de implementação da RESEX.

Este grupo levado ali por um representante da Colônia de Itaipu e que se posicionou contrário revela um pouco desse contexto complexo e plural de Itaipu. Em uma disputa antiga entre a Colônia e a ALPAPI, o presidente da ALPAPI que na década de 1990 era também presidente da Colônia sofreu interdição judicial, sendo assim afastado e perdendo representatividade formal entre os pescadores. Com a ascensão deste grupo contrário, inúmeras questões pessoais vieram à tona a ponto de ficar claro que são inimigos declarados.

Num certo momento da reunião esta disputa pessoal ganha voz e algumas acusações são feitas de ambas as partes. Alguns pescadores percebendo que já que o que estava em discussão seria um projeto comum para pescadores artesanais profissionais, tentam acalmar os ânimos que poderia mudar o rumo da reunião. Por fim, dada a voz a quem queria se pronunciar forma-se um consenso que em favor dos pescadores

artesanais profissionais estaria reaberto o processo da RESEX em Itaipu.

Interessante notar que o grupo, trazido para fazer oposição à RESEX, ao se posicionarem a favor desta proteção ao pescador artesanal, deixou de ser oposição. O representante da Colônia Z-7 que os havia trazido e que sempre se posicionou de forma contrária à RESEX concluindo que o processo anteriormente instaurado se caracterizava como um "desastre da cidadania brasileira", por não contemplar todas as "vozes" de Itaipu e outros interessados, mudou sua postura e ressaltou que se for para o bem do pescador artesanal e profissional podem contar com ele.

Os regimes de apropriação espacial e temporal que compõem a dinâmica da localidade uma vez compreendida e exercida ganha contornos de reciprocidade que mesmo que sob interesses divergentes permite a convivência entre o grupo identificado como local. No entanto, alguns desses atores exercem de forma conflituosa a apropriação deste espaço, tornando muitas vezes inconciliáveis devido à forma autoritária como este espaço é apropriado.

Aos fins de semana a praia de Itaipu recebe uma quantidade considerável de pessoas, levando em conta o movimento dos dias semana. O fluxo de pessoas proporciona uma readequação destes espaços. Por exemplo, do outro lado onde se localizam pontos de ônibus que é usado como estacionamento, nos fins de semana é cobrado uma taxa para se estacionar ali. Este espaço é controlado por um policial, lotado na Delegacia Policial local que de forma autoritária exerce controle deste espaço, principalmente nos fins de semana. Mas, essa estória vem de longa data, pois o mesmo policial residente em Itaipu vem constantemente ameaçando alguns pescadores.

As arbitrariedades são muitas, como por exemplo, não deixar constituir outra chapa para concorrer com a atual, exibir arma e ameaçar as pessoas para atingir os seus objetivos. No ano de 2000 chegou a fazer um registro de ocorrência nesta UPJ e o Delegado da época disse que o policial fora transferido em razão dessas ameaças que vinha fazendo a um pescador local. Porém os problemas continuaram, pois o policial

havia saído da Delegacia da área, mas continuava residindo próximo. O pescador declarou que nunca ameaçou o policial e não tem nada contra esse policial, pois o problema é da administração da Colônia de Pescadores de Itaipu. Sendo assim, o pescador teme pela sua vida, pois acredita que esse Disque Denúncia seja um respaldo para um atentado contra sua vida e de sua família.

Esta disputa política tem início em 1999, quando o pescador, presidente da Colônia Z-7 no ano de 1999, sofreu intervenção judicial, deixando a presidência da mesma no ano de 2000. Dessa intervenção política nasceu uma divergência entre o policial e o pescador e familiares. Em determinada ocasião o policial chegou a puxar a arma e colocou-a no rosto do pescador, ameaçando-o de morte. Por essa atitude o policial foi afastado temporariamente de suas funções, retornando posteriormente. Um segundo pescador, também sofreu ameaças por parte do policial que o insultou. Este sentiu ameaçado, considerando que no ano de 2002, o mesmo policial agrediu fisicamente dois de seus irmãos. Nessa ocasião o policial os impediu que fizessem o registro da ocorrência. O segundo pescador conhece o policial por volta de vinte ou trinta anos, pois também foram vizinhos. Este pescador demonstrava uma angústia muito grande com estes fatos e tendo inclusive pensado em abandonar a atividade da pesca e se mudar para outro lugar em que pudesse viver mais tranquilo. Todas as rixas que o policial tem com os pescadores da região são, provavelmente pelo fato do policial explorar todo o local com cobrança por segurança nas festas dos pescadores e que o policial faz, ainda, estacionamento na festa e cobra barracas. Além disso, o policial explorava uma das salas da colônia de pesca como uma lan house particular.

5 CONCLUSÃO

É possível perceber como uma determinada espacialidade ganha contornos plurais quando é produzida por uma lógica interna de organização que permite a convivência de diferentes atores com interesses diversos. É necessário que os atores ali inseridos estejam em consonância com a dinâmica espacial temporal local, ou seja, partilharem da construção de uma temporalidade e espacialidade própria através de regras temporárias que permitem uma divisão, sob uma lógica internalizada pelos atores, do espaço, uma vez que é evidente que se deve pensar o espaço como um recurso.

Uma vez que coexistem diversos interesses, aparentemente divergentes, é necessário existirem regras de compartilhamento destes espaços. Pensar o espaço costeiro, que na categoria de espaço público permite sua apropriação particularizada, como um recurso implica em representá-lo como um bem de uso comum a ser compartilhado e explorado em ciclos temporais distintos.

Isto porque tais categorias de espaço-tempo que não são dadas à priori, se moldam a partir da atribuição por partes dos atores de um sentido, ancorado nas sociabilidades e representações locais. O conceito de Little expressa o que foi dito acima ao definir territorialidade “[...] como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (LITLLE apud BAZZO, 2010, p.19).

Tal esforço empreendido por pelo grupo social de Itaipu e diante da plasticidade que o espaço-tempo se apresenta, esta dinâmica sintetiza e expressam a forma dialógica de apropriação desta territorialidade dando o contorno e o conteúdo que os define como um grupo.

Por outro lado existem as outras "vozes", que ecoam para além desta visão interiorizada pelo grupo local. As encontramos nas abordagens sobre as políticas públicas como formas administrativas desta espacialidade incidem sobre eles (o grupo, os recursos, o espaço e o tempo) de forma paradigmática orientada por um discurso onde sobressai não as características próprias de cada localidade, mas evidenciam uma fixidez monológica destoando do que o pesquisador pôde experienciar.

Na interação local das múltiplas vozes que compõem a identidade do grupo, mesmo que não haja um consenso sobre o que é Itaipu, não impede que estes discursos convivam de forma separada. Sendo exatamente o ponto em que ao invés de pensar uma forma conciliatória de apropriação dos lugares, mas uma forma compartilhada e plural. Diante da implementação de políticas públicas, que planejam o espaço de acordo com o que eles deveriam ser e não propriamente sobre o que ele é. Através de políticas públicas e de sua ideia de ordenamento, são impostas medidas que exaltam a singularidade do espaço, porém não vislumbram a composição plural de compartilhamento do lugar e das regras internas de apropriação do espaço.

> "A organização da vida política é importante, e as instituições influenciam o fluxo da história [...] As decisões tomadas no âmbito das instituições políticas modificam a distribuição de interesses, recursos e preceitos políticos, na medida em que criam novos atores e identidades, incutem nos atores a noção de êxito e fracasso, formulam regras de conduta apropriada e conferem a certos indivíduos, e não a outros, autoridade e outros tipos de recursos. As instituições influenciam a maneira pela qual indivíduos e grupos se tornam atuantes dentro e fora das instituições estabelecidas, o grau de confiança entre cidadãos e líderes, as aspirações comuns da comunidade política, o idioma, os critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e o significado de conceitos como democracia, justiça, liberdade e igualdade" (MARCH e OLSEN in PUTNAM, 2006, p.33).

Portanto ao legitimar um discurso em detrimento de outro para compor o perfil do "Canto" de Itaipu, outras vozes poderiam ficar subsumidas. Nem todos que representam os interesses de cada segmento conseguem que sua voz seja efetiva nos espaços públicos e por vezes tem sua participação vista como prejudicial julgando

perspectivas como polêmicas, excluindo assim uma das perspectivas possíveis dentro de um quadro que se pretende democrático e plural, mas parece não se interessar por ela, ao contrário impede que outros discursos venham a ser incorporados.

BIBLIOGRAFIA:

BOUTINET, Jean-Pierre. **Antropologia do Projeto** / Jean-Pierre Boutinet; trad. Patrícia Chitonni Ramos. - Porto Alegre : Artmed, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

BAZZO, Juliane. **Mato Que vira mar, mar que vira mato: O Território em movimento na vila de pescadores da Barra de Superagüi (Ilha do Superagüi, Guaraqueçaba, Paraná).**

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude & PASSERON, Jean-Claude. 2003. **Ofício de Sociólogo**: **metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes.

COSTA, Paula Chamy Pereira da. **Interações socioecológicas na pesca à luz da etnoecologia abrangente: a praia de Itaipu, Niterói**/Rio de Janeiro / Paula Chamy Pereira da Costa. - - Campinas, SP : [s. n.], 2011

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP, 2007.

DUARTE, Luiz Fernando D. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói: EdUFF, 1999.

DURKHEIM, É. ***As Regras do Método Sociológico*.** São Paulo, Martins Fontes, 2007.

FERGUSON, James ; GUPTA, Akhil. **Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality**. *American Ethnologist* 29(4):981 -1002**.**

FRASER, Nancy. ***Qu'est-ce que la justice sociale?*** **Reconaissance et redistribuition**. Paris: La Découverte, 2005.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

HONNETH, A. **Luta por conhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 291p, 2003.

KANT DE LIMA, Roberto & PEREIRA, Luciana. **Pescadores de Itaipu**. Niterói: EdUFF, 1998.

KANT DE LIMA, Roberto et al. **Formação de Recursos Humanos para a Concepção, Consolidação, Gestão de Políticas Públicas de Conservação e Manejo de Recursos Naturais Renováveis e Áreas Marinhas Protegidas**. Projeto aprovado pelo Programa CAPES Ciências do Mar. 2010.

KANT DE LIMA, Roberto; MOTA, Fabio; LOBÃO, Ronaldo; PAES, Eduardo; MARQUES Jr., Agnaldo. **Uma visão multidisciplinar sobre políticas públicas** – uma quarta fase na produção bibliográfica sobre pescarias e pescadores. Texto apresentado na VII Reunião de Antropologia do Mercosul, Porto Alegre, 2007.

KANT DE LIMA, Roberto; MOTA, Fabio Reis; PIRES, Lênin. Efeitos da Igualdade e da Desigualdade no espaço público da Amazônia. In: Deborah Lima (org). **Diversidade Socioambiental nas Várzeas dos rios Amazonas e Solimões**. Manaus: IBAMA, PróVárzea, 2005.

KLUG, Margareth. **Regime jurídico da orla marítima no contexto da gestão integrada de zonas costeiras. Um estudo acerca da orla marítima da Praiva Brava (SC)**. Projeto de monografia submetido à Universidade do Vale do Itajaí. 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**; São Paulo, Editora Nacional da USP. 1970

LOBÃO, Ronaldo. **Reservas Extrativistas Marinhas: Uma reforma agrária no mar?** Niterói: Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense para obtenção do Grau de Mestre, 2000.

_____. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo. Como uma política pública pode se transformar numa política do ressentimento**. Niterói: EdUFF, 2010.

_____. Testemunhas, infratores, parceiros, invisíveis ou criminosos: papéis múltiplos em uma relação singular entre pescadores e a exploração do petróleo na bacia de campos. In: **HERCULANO, Selene, Impactos Sociais, Ambientais e Urbanos das Atividades Petrolíferas : o caso de Macaé (RJ).** Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense, 2011 (**ISBN: 978-85-89150-07-1)**

LOBÃO, Ronaldo J. da S. et al. **Formação de Recursos Humanos para a Concepção, Consolidação, Gestão de Políticas Públicas de Conservação e Manejo de Recursos Naturais Renováveis e Áreas Marinhas Protegidas.** Projeto aprovado pelo Programa CAPES Ciências do Mar. 2010.

MARTUCCELLI, Danilo. **As contradições políticas do multiculturalismo**. In: Revista Brasileira de Educação, mai/jun/jul/ago, n.ª 2, 1996.

MALINOWSKI. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Malinowski**, Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MELLO, Marco Antonio da Silva e VOGEL, Arno. **Gente das Areias. História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Maricá-RJ – 1975 a 1995** – Niterói : EdUFF, 2004.

MIBIELLI, Bruno L. **Mestre Cambuci e o "Sumiço da Tainha"**: uma nova imagem de Itaipu. Monografia de conclusão do curso de Bacharel em Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. **Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu** – Niterói : EdUFF, 2003.

PUTNAM, Robert D. C**omunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**/Robert D. Putnam, com Robert Leonardi e Rafaella Y. Nanetti; tradução Luiz Alberto Monjardim – 5 ed. - Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCOTT, James. **Seeing like a state: how *certain schemes* to improve the human condition have failed**. New Haven: Yale University Press. WILLIS, Paul. 1998.

RODMAN, Margaret C. **Empowering Place: Multilocality and Multivocality**. American Anthropologist, New Series, Vol. 94, Nº3. 1992

SILVA, Gláucia Oliveira da. **Tudo que tem na terra tem no mar: a classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga**. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore, 1989.

SILVA, José Geraldo. 2001. **A Faina, a Festa e o Rito**: uma etnografia história sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX). São Paulo: Papirus.

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

TURNER, Victor. **Floresta de Símbolos – aspectos do ritual Ndembu**, tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha – Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005.

_____. **Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana.** Tradução de Fabiano de Morais. Niterói. Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

ANEXOS

Voto: Unânime

Ato Homologatório - Fls. 77 de 13.03.86

Resolução nº 25 de 27.04.87

Publicação no D.O. de 11.05.87 - Fls. 78

E CIÊNCIA E CULTURA

300459

N.º DO PROCESSO

E-18/ 300459/85

DATA DO INÍCIO

02.09.85

SEC

NOME

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

ASSUNTO

TOMBAMENTO DO LITORAL FLUMINENSE

ANEXOS

SECPLAN
SERVIÇO DE PROTOCOLO
Em 05 / 12 / 85

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E CULTURA
DEPARTAMENTO GERAL DE CULTURA

Ofício nº 289/DCDG Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1985.

Senhor Secretário,

Apresento a V.Exa. a proposta do INEPAC para tombamento dos trechos do litoral fluminense que abrigam povoados de pescadores. Trata-se, na verdade, no cumprimento de determinação de V.Exa., de um momento culminante da política cultural em vigor. Esses tombamentos vão preservar mais do que a fisionomia natural da costa fluminense - em dois dos quatro tipos de litoral brasileiro: o da Costa Terciária que vem até as luminosas baixadas litorâneas do norte e da Costa Granítica do Sul, majestosa e solene, como na escarpa abrupta de Paraty. Ainda mais do que essa amostra do Brasil, vão ser protegidos tanto os ecossistemas litorâneos, quanto a deslumbrante paisagem que respalda implantações históricas da pesca artesanal. Pela primeira vez, será reconhecido o valor cultural de uma associação espacial e, por assim dizer, simbiótica, entre povoados tradicionais de pescadores e a faixa de terra emersa das águas oceânicas, onde a vida e o trabalho dos homens pulsam com a movimentação rítmica do mar.

Desde o manguezal e a ilha da Convivência, na foz do Paraíba do Sul até a ilha da Trindade e a praia do Sono, em Paraty - mangues, praias e dunas, restingas e pontões - é tanta costa e tanta paisagem, tanta riqueza legada pelo tempo, que é preciso fazer justiça ao INEPAC, passando a ver as fotos que seguem e

Exmo. Sr.
Professor DARCY RIBEIRO
D.D. Secretário de Estado de Ciência e Cultura

a ler as justificativas e delimitações pormenorizadas de tudo isso, além dos subsídios científicos da FEEMA/SOMA, sem esquecer a colaboração constante do Grupo Executivo da Política Pesqueira da SECPLAN e o apoio técnico e financeiro da FAPERJ.

Finalizando, proponho a V.Exa. submeter à ciência do Excelentíssimo Senhor Governador, o tombamento provisório, dos seguintes bens de valor cultural e paisagístico, cuja proteção obedecerá às delimitações descritas às fls. 08/19, bem como nos mapas, às fls. 38/48 que fazem parte integrante desta proposta:

A - No Município de Paraty:

01- Costa de Trindade, desde a Ponta de mesmo nome até a Ponta da Fazenda;

02- Enseada do Sono e Praia da Ponta do Caju;
03- Enseada do Pouso e Ilha de Itaoca
04- Saco e Manguezal de Mamanguá;
05- Enseada de Paraty Mirim e Ilha das Almas;
06- Praia Grande;
07- Ilha do Araújo;
08- Praia de Tarituba.

B - No Município de Niterói:

09- Canto Sul da Praia de Itaipu e Ilhas da Menina, da Mãe e do Pai.

C - No Município de São João da Barra:

10- Foz do Rio Paraíba do Sul, incluindo-se todo o manguezal, bem como a Ilha da Convivência e as outras vizinhas.

Na oportunidade, reitero a V.Exa. meus protestos de estima e consideração.

ITALO CAMPOFIORITO
Diretor-Geral

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E CULTURA
DEPARTEMENTO GERAL DE CULTURA
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

OFÍCIO Nº 266/INEPAC/85 Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1985

Senhor Diretor-Geral,

A preservação ambiental da costa do litoral fluminense é uma luta antiga que há tempos vem reunindo os mais diversos segmentos de nossa comunidade.

Seja do ponto de vista da justiça social, de garantir a posse da terra a quem de direito, seja do ponto de vista de não permitir a devastação de nossas praias, costões, pontais e ilhas pela especulação imobiliária e turismo predatório, ou questionando a implantação de polos industriais contrários aos interesses coletivos da gente pobre que habita essas localidades - o tombamento provisório de trechos de nosso litoral vem oportunamente somar-se a outros instrumentos legais já existentes na busca de responder a essas preocupações.

Essa luta encontrou eco na atual Administração a partir da vontade expressa pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Ciência e Cultura em garantir a sobrevivência dos últimos aldeamentos de pescadores remanescentes em nosso litoral, com pronto apoio da Secretaria de Estado de Planejamento e Controle através de seu Grupo Executivo de Política Pesqueira e dos colegas da FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente.

Ilmo. Sr. Dr. ITALO CAMPOFIORITO
M.D. Diretor-Geral do Departamento de Cultura.

Estes ambientes naturais, conforme estudos da FEEMA que subsidiam e integram esse tombamento, são responsáveis não apenas pela beleza exuberante de nosso litoral como pela criação natural - "verdadeiros berçários" - de nossa fauna e nossa flora de que se alimentam os nossos peixes que por sua vez nos alimentam.

Segue um estudo do arquiteto Sergio Lordello da DPHA deste INEPAC que elucida os princípios básicos que orientaram a delimitação da área de preservação da Atividade Pesqueira Artesanal em trechos do litoral.

A delimitação das áreas de preservação da Atividade Pesqueira Artesanal em trechos do litoral do Estado do Rio de Janeiro procurou abranger, inicialmente, os principais núcleos remanescentes de pescadores, bem como, as áreas de manguezais ainda intocados - recursos fundamentais à sobrevivência de sua atividade.

Identificado um primeiro grupo de aldeamentos de pescadores e manguezais, a partir de levantamentos de campo e dos dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Planejamento e Controle e pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, procurou se através de vistorias nos locais, análise de fotos aéreas e cartografia, demarcar mais precisamente as áreas objeto da preservação.

Tomando-se como ponto de partida da questão que a preservação da faixa da orla marítima é condição fundamental para o exercício de atividade pesqueira, designou-se no Município de Paraty a faixa de 50m para garantir, através de seu tombamento, a permanência dos assentamentos remanescentes de pescadores, a plena e livre utilização da orla marítima para ancoradouro e puxada de redes.

As áreas de proteção da ambiência dessas faixas foram delimitadas baseando-se no princípio da preservação dos anfiteatros naturais que as paisagens litorâneas espontaneamente formam, criando um envoltório natural às faixas de praia e determinando um quadro paisagístico de beleza incomum, cujas características são indissociáveis umas das outras.

Essas áreas envoltórias tiveram em geral, no Município de Paraty, a cota altimétrica 100 m coincidindo, sempre que possível, com os limites das zonas de Desenvolvimento Turístico propostas no zoneamento local - ainda não aprovado oficialmente, mas já posto em prática na análise e aprovação dos projetos pela Prefeitura.

Essas áreas, abrangidas por nossos limites, mais permissivas quanto ao uso e ocupação do solo, são merecedoras de um acompanhamento conjunto do Conselho Estadual de Tombamento e Prefeitura Municipal, para assegurar que os empreendimentos ali implantados compatibilizar-se-ão aos objetivos da preservação ambiental.

Também as ilhas muito próximas das áreas tombadas foram consideradas como áreas de proteção da ambiência pelos mesmos motivos.

Foram protegidos ainda em Paraty os dois grandes Sacos existentes - o Saco Grande e o Saco Mamanguá, cujas águas mornas, rasas e tranquilas propiciam a desova de peixes de médio e grande porte, garantindo, assim, a piscosidade da Baia da Ilha Grande e, portanto, a própria existência da atividade pesqueira, elos que são de uma mesma cadeia ecológica.

No caso dos manguezais, em especial os dos Sacos, seu entorno se constitui de áreas planas razoavelmente extensas e a partir delas o relevo se desenvolve abruptamente sem configurar os anfiteatros naturais encontrados no resto do litoral de Paraty.

Optou-se, então, por tombar a área do manguezal e limitar o entorno pela cota altimétrica 20m sempre que a faixa territorial assim definida não se configurasse muito extensa, já que qualquer implantação nesses locais forçosamente procurará essas partes planas uma vez que as partes elevadas não oferecem declividade possivel de ocupação.

A grande incidência das áreas propostas para tombamento no Município de Paraty é facilmente explicada pelo seu relativo isolamento de que se beneficiou preservando-se, quase espontaneamente, não só a pesca artesanal como a própria paisagem natural e construida em especial a do núcleo histórico.

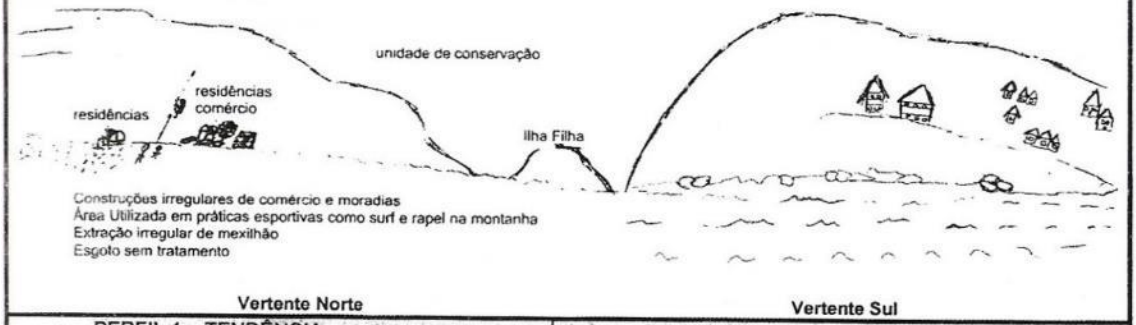
No caso do manguezal da foz do Rio Paraíba do Sul, Município de São João da Barra, cuja importância torna-se ainda maior por ser habitat de animais tais como colhereiros, jacarés-de-papo-amarelo, lontras, ameaçados de extinção, utilizou-se outro critério para delimitação da área a ser protegida dada a sua extensão, incluindo-se também, a Ilha da Convivência nessa primeira série de tombamentos do litoral, especialmente pelo tipo de implantação com que a população se adaptou à natureza.

No Município de Niterói, incluiu-se também, nessa primeira série de tombamentos, o trecho da praia de Itaipu correspondente ao que restou do dano causado à natureza, pelo parcelamento inadequado do solo, resto que ainda mantém a harmonia com a paisagem constituída pelo pontal do Morro das Andorinhas as Ilhas da Menina, da Mãe e do Pai ao sul, o aldeamento de pescadores e ao fundo o Recolhimento de Santa Tereza.

Considerando o exposto, trago a V.Sa. nos termos do Decreto nº 5.808 de 13 de julho de 1982 a proposta para o tombamento das seguintes áreas tais como definidas nos mapas anexos, e que integram este documento, e cujos limites se descrevem a seguir.

PERFIL 1 – SITUAÇÃO ATUAL	Classificação A

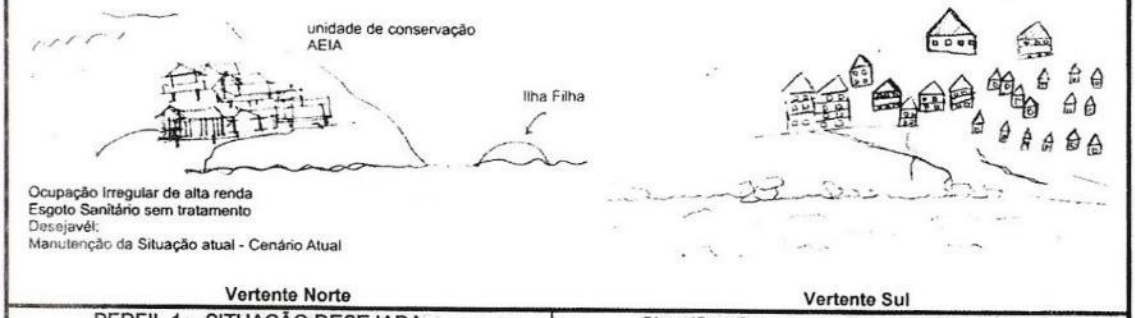
Vertente Norte Unidade de Conservação Estadual. Sem ocupação urbana. Atividades de pesca, maricultura e mergulho. Sem acesso direto. Cobertura vegetal nativa. Restos da atividade marisqueira. Lixo flutuante proveniente da Baia de Guanabara e fundeamento de embarcações e plataformas de petróleo têm constituído-se fonte de poluição. Desrespeito à Legislação AEI – Ambiental, Turístico, Pesqueiro e Social. Legislação Iphan/Ibram.
Vertente Sul Ocupação irregular de alto padrão construtivo na encosta.Lançamento de esgoto sem tratamento ao mar.



Vertente Norte **Vertente Sul**

PERFIL 1 – TENDÊNCIA	Classificação

Veretente Norte Turismo predatório, perda da biodiversidade.Local de grande valor cênico. Pressão para edificações de alto padrão. Potencial adensamento na encosta, ocupação irregular habitação.
Vertente Sul Ocupação irregular de alto padrão construtivo na encosta. Lançamento de esgoto sem tratamento ao mar.



Vertente Norte **Vertente Sul**

PERFIL 1 – SITUAÇÃO DESEJADA	Classificação

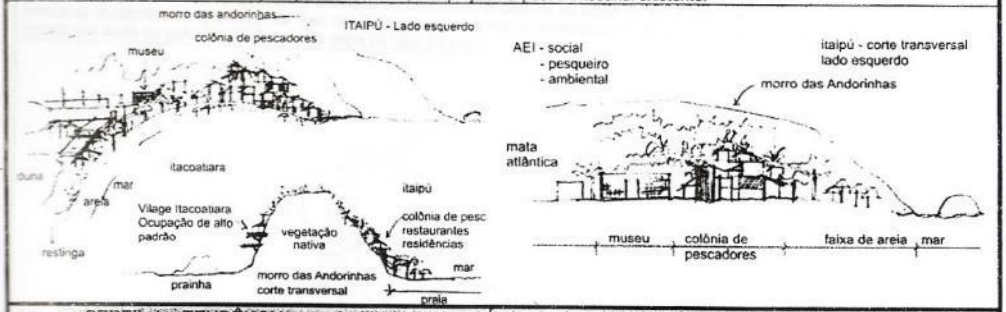
Vertente Norte Plano de manejo e fiscalização.
Vertente Sul Negativa do cenário tendêncial.

Vertente Norte **Vertente Sul**

Unidade VI - Praia de Itaipu
trecho 2 - Vila dos Pescadores

PERFIL 1 – SITUAÇÃO ATUAL | **Classificação A**

Acesso direto. Urbanização consolidada, com alto adensamento e presença de edificações verticalizadas de até 3 pavimentos. Comunidade de pescadores com atividades diversificadas: restaurantes, bares, barracas e barracões de pesca. Área de Especial Interesse Social, Ambiental e Pesqueiro. Sobreposição de atributos legais (INEPAC/IPHAN – IBRAM). Ocupação desordenada da faixa de areia Difícil acessibilidade para deficientes. Desordem viária: terminal de ônibus, com longos períodos de permanência, estacionamento caótico. Intensa atividade náutica, com trânsito e ancoragens de iates e lanchas. Lixo deixado pelos frequentadores e descarga de efluentes sanitários na faixa de areia, com origem na atividade comercial. Lançamento de lixo flutuante na Baía de Guanabara e fundeamento de embarcações e plataformas de petróleo têm constituído fonte de poluição da água e da areia na face da praia. A captura de iscas de atum, pela pesca industrial, traz prejuízo à pesca artesanal existente.



PERFIL 1 – TENDÊNCIA | **Classificação**

Crescimento das atividades turística e de banhistas, fomentadas pelas: beleza cênica, ondas de energia moderada, valores cultural, histórico e arqueológico e ofertas gastronômicas de frutos do mar.. Aumento da demanda por habitação, adensamento horizontal e vertical. Decadência da pesca artesanal, descaracterização da colônia de pescadores. Conflitos de interesses no uso da faixa de areia, em função das múltiplas atividades presentes. Desordem no trafego na água.

PERFIL 1.– SITUAÇÃO DESEJADA | **Classificação**

Negativa do cenários tendêncial. Criação de uma Unidade de Conservação do Ministério do Meio Ambiente, para, em ações conjuntas com o Município e o Estado, estabelecer um plano de manejo que possa compatibilizar os múltiplos interesses existentes no trecho: urbanização, pesca, comércio, moradia, lazer, turismo, preservação, esportes, acessibilidade e outros.

Trecho 3 - Praia de Itaipu

PERFIL 1 – SITUAÇÃO ATUAL	Classificação B/A

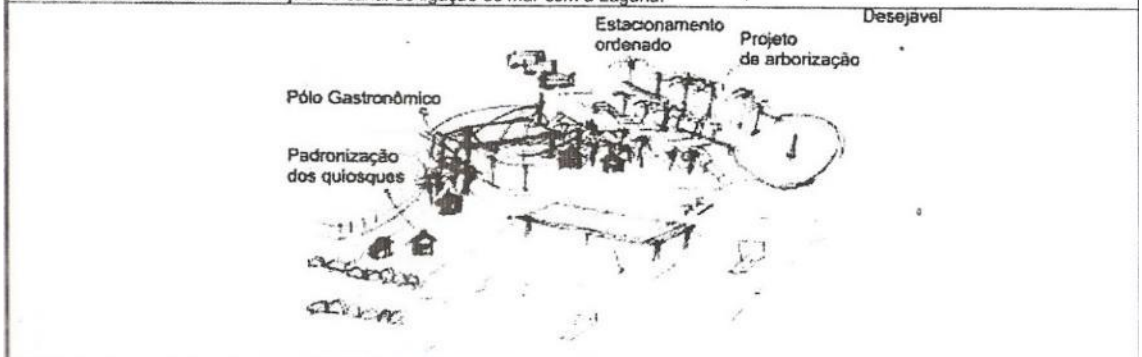
Este trecho é caracterizado pelo enrocamento formador do canal que liga a Laguna de Itaipu ao mar e a uma leve curvatura da praia. Acesso direto, dividido por um lado e outro do canal Urbanização incipiente e ocupação por comunidade indígena, sobre sítio arqueológico. Presença de dunas frontais e Duna Grande, respectivamente a NW (já bastante agredidas) e SE do canal. Vegetação nativa e exótica estão presentes. Intenso assoreamento do canal, conduzido pela dinâmica do mar, com penetração de centenas de metros para o interior da Laguna. Desordenamento viário está presente em ambos os lados do canal, acentuando problema de estacionamento. Presença irregular de quiosques, com aumento da área original de ocupação, e barracas na faixa de areia são exemplos da ocupação desordenada, fontes de fatores de degradação ambiental, em face da infra-estrutura deficiente que provoca acúmulo de lixo e despejos de efluentes sanitários. As práticas de lazer e esportivas estendem-se pela faixa de praia, sendo que é comum os esportes náuticos colocarem em risco os banhistas. A captura de iscas de atum, pela pesca industrial, traz prejuízo à pesca artesanal existente. Lançamento de lixo na Baia de Guanabara e fundeamento de embarcações e plataformas de petróleo têm constituído fonte de poluição da água e da areia na face da praia.

PERFIL 1 – TENDÊNCIA	Classificação

Agravamento dos efeitos ocupação sobre áreas ambientais frágeis, em face da ausência de um projeto de ocupação para contrapor-se à pressão imobiliária. Aumento gradativo do processo de assoreamento da Laguna, produzido pela dinâmica do mar, com variações periódicas da energia de transporte, levando material arenoso da plataforma costeira para a Laguna, sem que a energia de retorno seja suficiente para o transporte de volta da areia. A situação tende ao agravamento dos efeitos das ressacas associados ao débito crescente de areia depositada na zona de arrebentação, podendo resultar em processo de erosão da praia.

PERFIL 1 – SITUAÇÃO DESEJADA	Classificação

Extensão da Unidade de Conservação Estadual- Parque Estadual da Serra da Tiririca, com os mesmos propósitos previstos para o trecho 2 desta Unidade. Desativação do canal de ligação do mar com a Laguna.



CONFIGURAÇÕES E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS
•Costão Rochoso Semi-abrigado, Fragilidade do ecossistema,sem ocupação urbana na vertente Norte e com ocupação unifamiliares na vertente sul, atividade da pesca e de maricultura, mergulho esportivo, Unidade de Conservação Estadual, presença de comunidade tradicional, Acesso direto.	Valor cênico, Ecoturismo e Educação Ambiental	Lançamento indevido de resíduos (lixo)	Bota-fora do Porto; Empresas de dragagem, embarcações, outros municípios, Estação de tratamento de esgoto, indústrias (atividades que lançam resíduos que chegam através das correntes marinhas)
		Serviços de manutenção de plataformas de petróleo com círculo de segurança com 500 metros de raio e outras embarcações fundeadas ao largo	Atividade da indústria petrolífera
		Retirada inadequada de mexilhão	Atividade dos Catadores locais e de Jurujuba.
		Avanço da especulação imobiliária, com lançamento de efluentes sanitários (vertente Sul)	Pressão Imobiliária.

QUADRO SÍNTESE – UNID. VI – PRAIA DE ITAIPU

UNIDADE	TRECHO	CLASSE	CONFIGURAÇÕES E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
VI - Praia de Itaipu	3 - Praia de Itaipu	B/A	Exposta, em processo de urbanização, atividade de turismo e lazer, presença de sítio arqueológico (Duna Grande),acesso direto,vegetação nativa e exótica	Atividade pesqueira, turismo náutico, gastronomia, atividade comercial e práticas esportivas, beleza cênica.	Desordenamento viário;	Falta de infraestrutura;	Estacionamento irregular, degradação do sítio arqueológico, perda da qualidade ambiental e paisagística.	Existência projetos, porém carecendo de revisão.
					Ocupação desordenada da faixa de areia;	Comércio de ambulantes; embarcações abandonadas na areia; utilização da areia com cadeiras e mesas, quiosques e barracas	Zoonoses, prejuízos cênico, redução da mobilidade e dos espaços.	
					Lançamento de resíduos (lixo)	Bota-fora do Porto; Empresas de dragagem, embarcações, outros municípios,Estação de tratamento de esgoto, indústrias (atividades que lançam resíduos que chegam através das correntes marinhas), usuários da orla.	Poluição ambiental, ameaça a flora e fauna marinha, prejuízos a atividade de pesca, e maricultura.	
					Pesca industrial predatória em detrimento da pesca artesanal	Pesca sem controle, com a captura de pescado abaixo do tamanho autorizado e, ainda, fora da faixa autorizada para pesca.	Desequilíbrio da cadeia alimentar e da sustentabilidade da comunidade de pescadores.	
					Irregularidade fundiária	Presença de construções irregulares	Degradação paisagística do patrimônio histórico e ambiental.	
					Supressão da vegetação de restinga	Ocupação Urbana e usuários da orla	Perda da qualidade ambiental e paisagística de biodiversidade.	
					Inexistência posto de guarda-vidas	Omissão do Poder Público	Acidentes com banhistas e afogamentos.	
					Serviços de manutenção de plataformas de petróleo, com presença de outras embarcações, gerando zonas de exclusão com raios superiores a 500 metros, fundeadas ao largo da orla	Atividade da indústria petrolífera	Redução da área de pesca com consequente diminuição do pescado, em detrimento da sustentabilidade da comunidade pesqueira. Prejuízo a pesca artesanal. Formação de grandes áreas de exclusão.	

Unidades 2, 4, 5, 6(trecho 3), 7(trecho 3), 8

PROBLEMA: FALTA DE REGULARIZAÇÃO DOS QUIOSQUES

LINHA DE AÇÃO: ORDENAMENTO DOS QUIOSQUES

AÇÕES E MEDIDAS (linha de ação)	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
Articulação entre os atores	Definir competência com o intuito de promover a articulação na execução dos projetos	Curto Prazo/Continuo	Superintendência do Patrimônio da União (SPU)/ Ministério Público Federal (MPF)/ Prefeitura Municipal de Niterói (PMN)/Quiosqueiros/Comitê Gestor da Orla
Programa de Ordenamento, padronização e regularização dos Quiosques. Revisão do Projeto Urbanístico de Piratininga/ Ordenação dos usos das Unidades 2 e 4.	Promover a segurança e qualidade do comércio, do serviço prestado, dos comerciantes e consequentemente dos usuários	Médio Prazo	Cartórios/ Superintendência do Patrimônio da União (SPU)/ Ministério Público Federal (MPF)/Prefeitura Municipal de Niterói (PMN)/Associação de Quiosqueiros/Comitê Gestor da Orla/Instituto Estadual doAmbiente-INEA
Programa de Educação Ambiental	Promover a conscientização ambiental dos atores envolvidos nos usos da orla.	Continuo	Secretaria de Educação/Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos- Prefeitura Municipal de Niterói-PMN /Sociedade Civil/Comitê Gestor da Orla
Capacitação da mão-de-obra dos quiosques na Orla	Oferta de serviços aos usuários de qualidade	Curto Prazo	Comitê Gestor da Orla /Comunidade/ Representante de comércio/SEBRAE/Conselho dos quiosqueiros de Niterói (CEQUIN)

Unidade 1 /Unidade 2/ unidade 4/ unidade 5/Unidade 6 / Unidade 7 / Unidade 8 / Unidade 6 - Trecho 3 / Unidade 7 – Trecho 3

PROBLEMA: FALTA DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO DA ORLA

LINHA DE AÇÃO: 1- ORDENAMENTO DOS COMÉRCIOS JÁ EXISTENTES NA ORLA
2- REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA VILA DOS PESCADORES E MARICULTORES, COMUNIDADE DO FORTE IMBUÍ E MORADORES DO ENTORNO DA LAGUNA DE PIRATININGA
3- ELABORAÇÃO DE UM PROJETO URBANÍSTICO (SUSTENTABILIDADE, ORDENAMENTO, ACESSIBILIDADE ETC.)

AÇÕES E MEDIDAS (linha de ação)	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
1-Ordenamento comércios da Orla	Oferta de serviços aos usuários de qualidade	Médio Prazo	Instituto Estadual do Ambiente-INEA/Secretaria do Patrimônio da União-SPU/Prefeitura Municipal de Niterói-PMN / Comitê Gestor da Orla /Comunidade/ Representante de comércio
2-Regularização fundiária da Vila dos Pescadores de Itaipu, comunidade do Forte Imbuí e moradores da Laguna de Piratininga	Assegurar o direito a moradia aos moradores	Indeterminado	Instituto Estadual do Ambiente-INEA/Secretaria do Patrimônio da União-SPU/Prefeitura Municipal de Niterói-PMN /Comunidade/Comitê Gestor da Orla/IPHAN
3- Elaborar o Projeto Urbanístico	Qualidade de vida e infraestrutura da Praia de Itaipu.	Médio Prazo	Instituto Estadual do Ambiente-INEA/Secretaria do Patrimônio da União-SPU/Prefeitura Municipal de Niterói-PMN /Comunidade/Comitê Gestor da Orla/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN/ Associação de Moradores e Pescadores/ Empresários de Ônibus/ Corpo de Bombeiros / Representante de comércio
1-Capacitação da mão-de-obra dos comércios na Orla	Oferta de serviços aos usuários de qualidade	Curto Prazo	Comitê Gestor da Orla /Comunidade/ Representante de comércio/SEBRAE/Conselho dos quiosqueiros de Niterói (CEQUIN)

Unidades 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8

PROBLEMA: LANÇAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDO E LIQUIDO (LIXO)

LINHA DE AÇÃO: 1)PROMOVER O ESTUDO, DEFINIÇÃO E ELABORAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E ORGÂNICOS.
2)ELIMINAR E/OU REDUZIR O IMPACTO AMBIENTAL COM O ENVOLVIMENTO DOS ATORES RESPONSÁVEIS

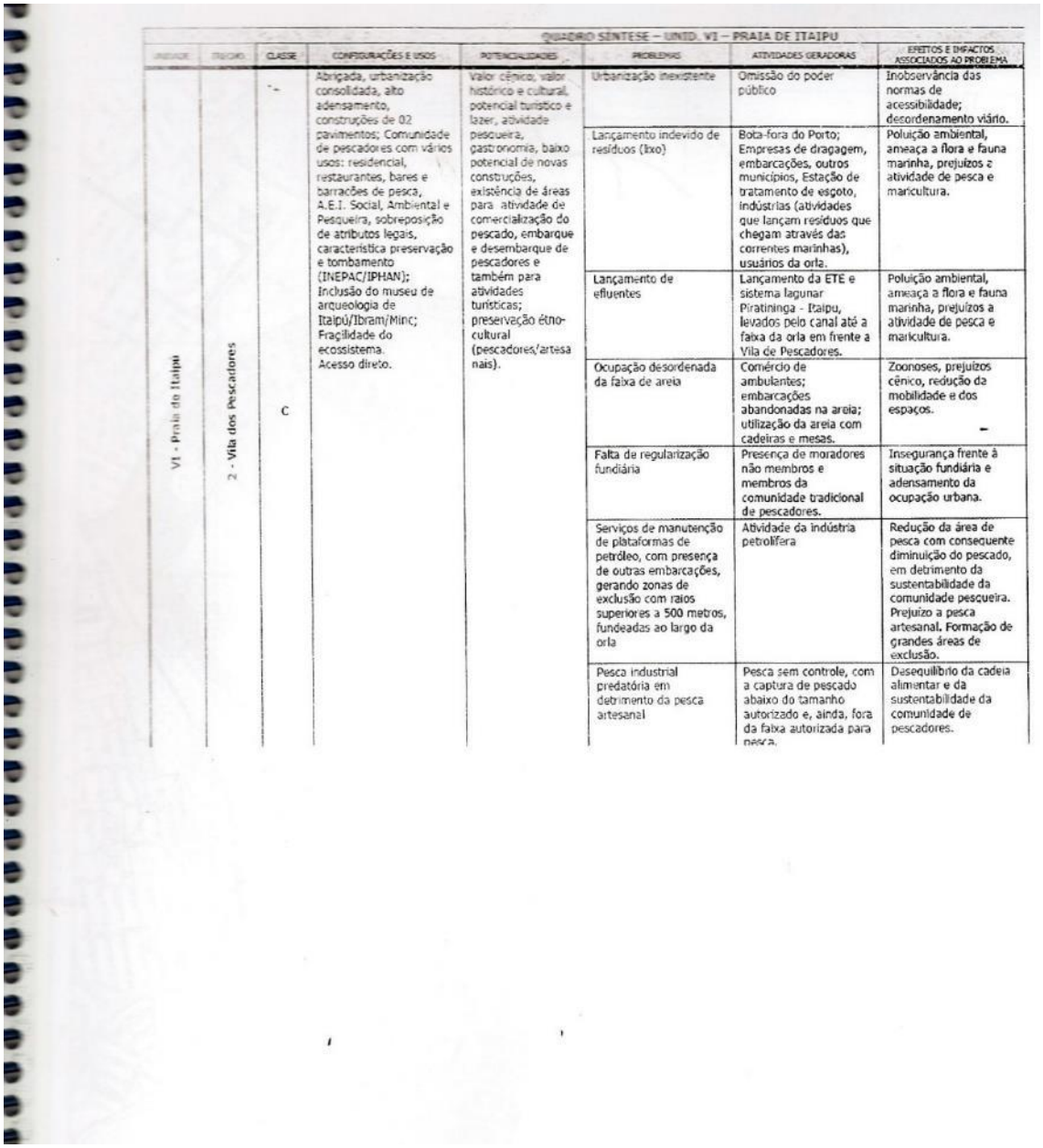
AÇÕES E MEDIDAS (linha de ação)	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
Promover um estudo para a implantação de um Centro de Pesquisa e apoio técnico à maricultura.	Oferecer um tratamento adequado para os resíduos do beneficiamento da maricultura.	Médio Prazo	Universidades/Companhia de Limpeza de Niterói-Clin/ Prefeitura Municipal de Niterói-PMN/Secretaria do Partimônio da União - SPU/Instituto Estadual do Ambiente-INEA/ Comitê Gestor da Orla
Promover o estudo e Elaboração de um plano de resíduos sólidos e orgânicos	Minimizar os efeitos nocivos ao Meio Ambiente provocados pelos resíduos sólidos e orgânicos (Reciclagem/Reutilização)	Curto prazo/Continuo	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBIO (IBAMA)/ Instituto Estadual de Ambiente-INEA/Prefeitura Municipal de Niterói-PMN/Comunidade/ Comitê Gestor da Orla
Criar um Sistema Seletivo de lixo em paralelo um Programa Educação Ambiental.	Promover a Mobilização e Conscientização da Comunidade local e usuários. Gerar fonte de renda alternativa. Eliminar o acúmulo de lixo na praia e definir destino sustentável para o lixo.	Continuo	Universidades/Companhia de Limpeza de Niterói-Clin/ Prefeitura Municipal de Niterói-PMN/Secretaria do Patrimônio da União - SPU/Instituto Estadual do Ambiente-INEA/Comitê Gestor da Orla/ Associação de moradores, Pescadores e Catadores.
Fortalecer o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara.	Melhorar a Balneabilidade Despoluir a face da Praia. Minimizar o volume de Resíduos	Longo Prazo	Universidades/Companhia de Limpeza de Niterói-Clin/ Prefeitura Municipal de Niterói -PMN/Secretaria do Patrimônio da União - SPU/Instituto Estadual do Ambiente-INEA Clin/ Comitê Gestor da Orla/ Associação de moradores, Pescadores e Instituto Baía de Guanabara (IBG)
Articulação entre os atores. Constituir um Termo de Cooperação entre os atores envolvidos para a minimização ao lançamento indevido dos resíduos de manutenção das plataformas petrolíferas e das embarcações	Definir competência com o intuito de promover a articulação na execução dos projetos. Minimizar volume de resíduos Melhorar a Balneabilidade e eliminar os resíduos líquidos de Poluição das Praias.	Longo Prazo	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade -ICMBIO - IBAMA /Instituto Estadual do Ambiente-INEA/ Marinha do Brasil/ Comitê Gestor da Orla /Associação de Pescadores/ Indústria Petrolífera
Consórcio Intermunicipal Bacia Hidrográfica	Produção de Bioenergia. Minimizar o volume de resíduos	Continuo	Comitê de Bacia/Comitê Gestor da Orla/ Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEA)/Instituto Estadual do Ambiente (INEA)
Projeto "Baía Limpa"	Limpeza das Praias	Continuo	Associação de Pescadores/Petrobrás/Comitê Gestor da Orla/Prefeitura Municipal de Niterói

Unidade 2

PROBLEMA: INSTABILIDADE DO CALÇADÃO DE PIRATININGA DIANTE DOS EFEITOS DAS RESSACAS

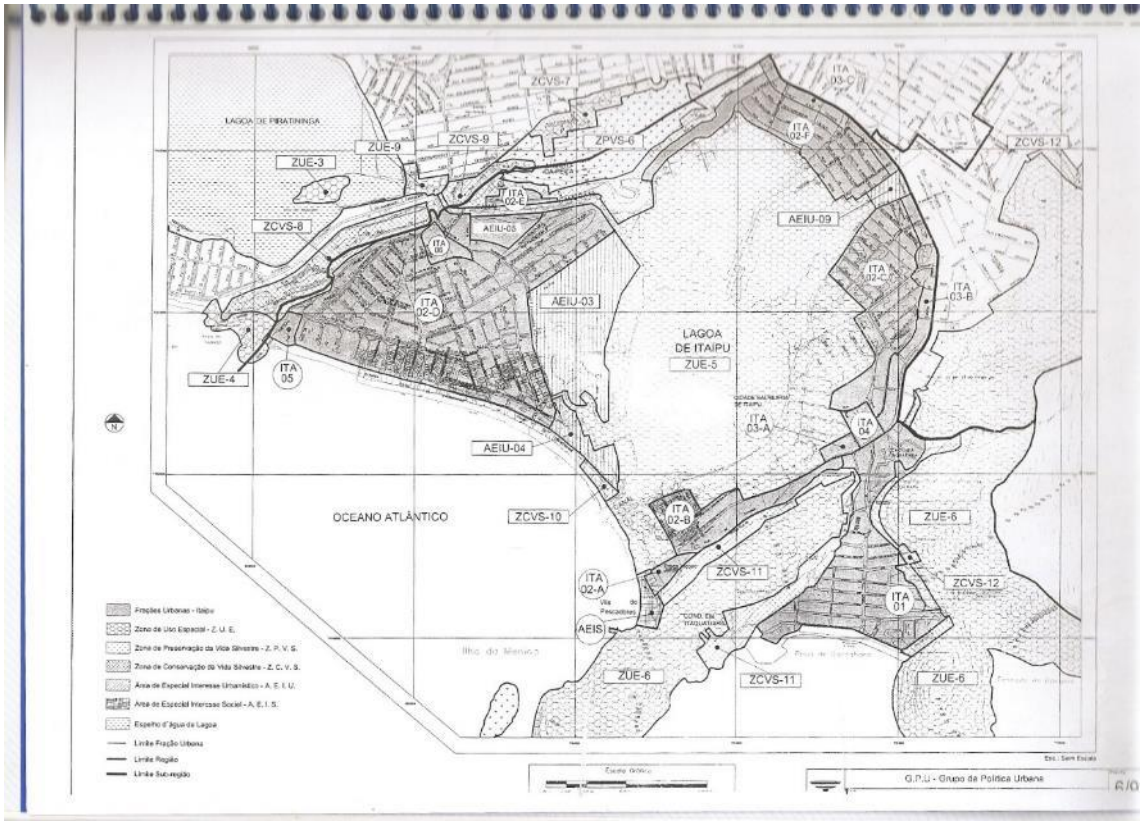
LINHA DE AÇÃO: ELIMINAR OS EFEITOS DA RESSACA

AÇÕES E MEDIDAS (linha de ação)	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
Estudos morfodinâmicos da orla de Piratininga	Subsidiar projeto de minimização ou eliminação dos efeitos das ressacas	Médio Prazo	Universidades/ Instituto Estadual do Ambiente (INEA)/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis(IBAMA)/ Prefeitura Municipal de Niterói(PMN)/Comitê Gestor
Projeto de minimização e contenção dos efeitos das ressacas	Subsidiar projeto de minimização ou eliminação dos efeitos das ressacas	Médio Prazo	Prefeitura Municipal de Niterói (PMN)/ Instituto Estadual do Ambiente (INEA)/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis(IBAMA)/ /Universidades/Sociedade Civil/Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN)/ Instituto Chico Mendes (ICMBIO)



QUADRO SÍNTESE – UNID. VI – PRAIA DE ITAIPU

UNIDADE	TRECHO	CLASSE	CONFIGURAÇÕES E USOS	POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO PROBLEMA
VI - Praia de Itaipu	2 - Vila dos Pescadores	C	Abrigada, urbanização consolidada, alto adensamento, construções de 02 pavimentos; Comunidade de pescadores com vários usos: residencial, restaurantes, bares e barracões de pesca, A.E.I. Social, Ambiental e Pesqueira, sobreposição de atributos legais, característica preservação e tombamento (INEPAC/IPHAN); Inclusão do museu de arqueologia de Itaipú/Ibram/Minc; Fragilidade do ecossistema. Acesso direto.	Valor cênico, valor histórico e cultural, potencial turístico e lazer, atividade pesqueira, gastronomia, baixo potencial de novas construções, existência de áreas para atividade de comercialização do pescado, embarque e desembarque de pescadores e também para atividades turísticas; preservação étno-cultural (pescadores/artesanais).	Urbanização inexistente	Omissão do poder público	Inobservância das normas de acessibilidade; desordenamento viário.
					Lançamento indevido de resíduos (lixo)	Bota-fora do Porto; Empresas de dragagem, embarcações, outros municípios, Estação de tratamento de esgoto, indústrias (atividades que lançam resíduos que chegam através das correntes marinhas), usuários da orla.	Poluição ambiental, ameaça a flora e fauna marinha, prejuízos a atividade de pesca e maricultura.
					Lançamento de efluentes	Lançamento da ETE e sistema lagunar Piratininga - Itaipu, levados pelo canal até a faixa da orla em frente a Vila de Pescadores.	Poluição ambiental, ameaça a flora e fauna marinha, prejuízos a atividade de pesca e maricultura.
					Ocupação desordenada da faixa de areia	Comércio de ambulantes; embarcações abandonadas na areia; utilização da areia com cadeiras e mesas.	Zoonoses, prejuízos cênico, redução da mobilidade e dos espaços.
					Falta de regularização fundiária	Presença de moradores não membros e membros da comunidade tradicional de pescadores.	Insegurança frente à situação fundiária e adensamento da ocupação urbana.
					Serviços de manutenção de plataformas de petróleo, com presença de outras embarcações, gerando zonas de exclusão com raios superiores a 500 metros, fundeadas ao largo da orla	Atividade da indústria petrolífera	Redução da área de pesca com consequente diminuição do pescado, em detrimento da sustentabilidade da comunidade pescueira. Prejuízo a pesca artesanal. Formação de grandes áreas de exclusão.
					Pesca industrial predatória em detrimento da pesca artesanal	Pesca sem controle, com a captura de pescado abaixo do tamanho autorizado e, ainda, fora da faixa autorizada para pesca.	Desequilíbrio da cadeia alimentar e da sustentabilidade da comunidade de pescadores.


LAGOA DE PIRATININGA
ZCVS-7
ZUE-9
ZCVS-9
ZPVS-6
ZUE-3
ZCVS-8
ITA 02-E
AEIU-05
ITA 05
ITA 02-D
AEIU-03
ITA 03-C
ITA 02-F
ZCVS-12
AEIU-09
ITA 02-C
ITA 03-B
LAGOA DE ITAIPU
ZUE-5
ZUE-4
ITA 05
ITA 03-A
ITA 04
AEIU-04
OCEANO ATLÂNTICO
ZCVS-10
ITA 02-B
ZUE-6
ZCVS-11
ZCVS-12
ITA 02-A
ITA 01
AEIS
ZUE-6
ZCVS-11
ZUE-6
Fração Urbanas - Itaipu
Zona de Uso Especial - Z. U. E.
Zona de Preservação da Vida Silvestre - Z. P. V. S.
Zona de Conservação da Vida Silvestre - Z. C. V. S.
Área de Especial Interesse Urbanístico - A. E. I. U.
Área de Especial Interesse Social - A. E. I. S.
Espelho d'água da Lagoa
Limite Fração Urbana
Limite Região
Limite Sub-região
G.P.U - Grupo da Política Urbana